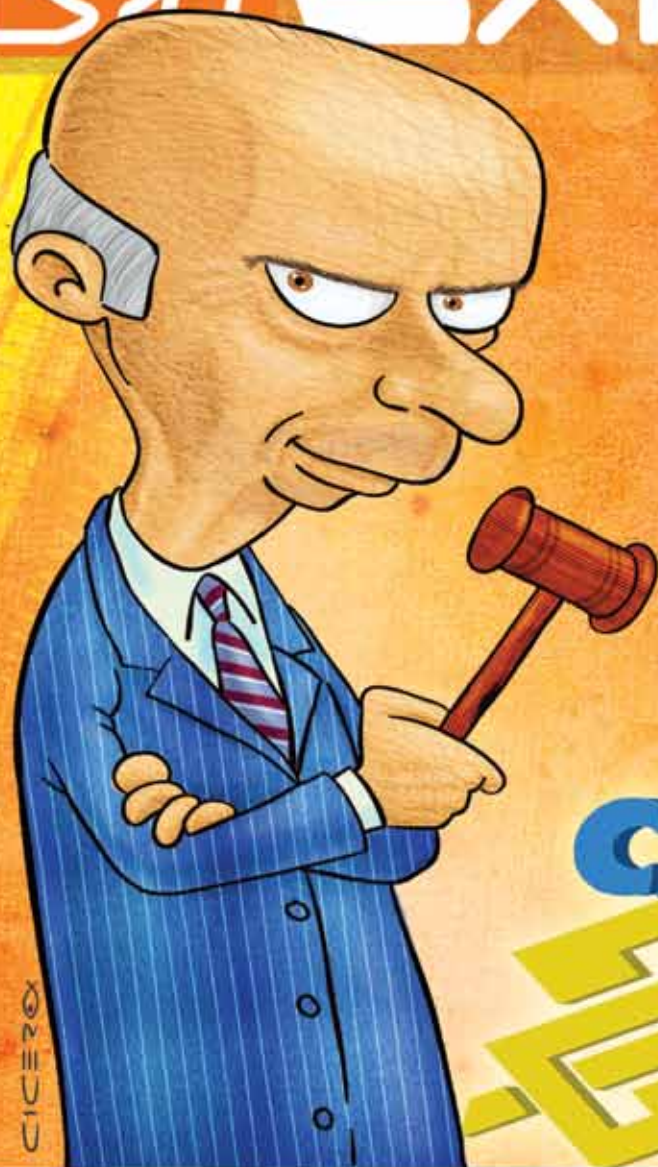




Extratos

Ano 2
Número 3



**POR UM SISTEMA
FINANCEIRO COM
RESPONSABILIDADE**

**O DESPERDÍCIO
NOSSO DE CADA DIA**

**BATALHA CONTRA O
SEDENTARISMO**

VENDE-SE

Eleições 2010

AVANÇAR MAIS

Mais crescimento, emprego, inclusão social...

OU RETROCEDER

Concentração de renda, privatizações,
perda de direitos, arrocho salarial e exclusão



Presidente

Rodrigo Lopes Britto

Secretário-geral

André Matias Nepomuceno (BRB)

Secretário de Finanças

Raimundo Nascimento Félix (Caixa)

Secretário de Administração

Edmilson Wanderley Lacerda (Itaú)

Secretário de Imprensa

Antonio Eustáquio Ribeiro (BRB)

Secretário de Assuntos Jurídicos

Eduardo Araújo (BB)

Secretário de Saúde

Alexandre Severo Silva (Caixa)

Secretário de Política Sindical

Saulo Rodrigues dos Santos (BB)

Secretário Sociocultural

José Garcia de Sousa Rocha (Bradesco)

Secretário de Assuntos Parlamentares

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (BB)

Secretário de Assuntos com a Comunidade

Márcio Antônio Teixeira (Bradesco)

Secretário de Comunicação e Divulgação

Washington Henrique da Silva (Unibanco)

Secretário de Formação Sindical

Kleyton Guimarães Morais (BB)

Secretário de Estudos Socioeconômicos

Wanderson Souza Severo (Caixa)

Carla Corrieri de Macedo (BRB)

Cynthia Damasceno Reis (BB)

Daniel Machado Gaio (Caixa)

Eliseu Antônio Pinheiro Alexandre (BB)

Enilson Cardoso da Silva (Caixa)

Francisco das Chagas Moreira (BB)

Hudson César Neves e Silva (Caixa)

Jair Pedro Ferreira (Caixa)

Louraci Moraes dos Santos (Itaú)

Maria Aparecida Sousa (BRB)

Mirian Cleusa Fochi (BB)

Rafael Zanon Guerra de Araújo (BB)

Raimundo Dantas de Lima (HSBC)

Romero Silveira de Carvalho (Caixa)

Rosane Maria Gonçalves Alaby (Real)

Sandro Silva Oliveira (Itaú)

Stelamar Francisco de Carvalho (BRB)

Vicente de Paula Mota Frazão (HSBC)

Wadson Francisco Santos Boaventura (BB)

CONSELHO FISCAL

Eliete Boaventura Santana (BB)

Lincoln de Faria Rodrigues (BRB)

Meyre Lúcia Silva Araújo (Caixa)

Roberto Alves de Sousa (Itaú)

Thiago Nagao de Oliveira (Caixa)

Apresentação

Novos ciclos e desafios

A nossa vida passa por ciclos, como de resto tudo ocorre em ciclos (ou fases). A Terra completa um ciclo sobre seu próprio eixo em um dia, ou em torno do Sol em um ano. Vivemos o inverno, a primavera, o verão, o outono e novamente o inverno. Passamos pela infância, adolescência, idade adulta e velhice e o ciclo recomeça em nossos filhos. Se observarmos bem, tudo ocorre seguindo este padrão.

Desta forma, também em ciclos, se organizam nossos compromissos, nosso dia a dia, nosso ano e também nossos desafios.

Coerentemente com esta tese, este ano experimentamos e experimentaremos ciclos de extrema relevância para nossas vidas. Vivemos, como há três anos, uma nova eleição para a renovação da diretoria do Sindicato e iniciaremos novo mandato em 1º de julho.

Começamos mais uma campanha salarial, visando a um novo acordo coletivo de trabalho, e, certamente, considerando o comportamento dos banqueiros ao longo dos últimos meses e anos, teremos mais uma árdua luta para conquistarmos avanços para a categoria.

E passaremos, neste ano, por mais um importantíssimo ciclo, este sim um verdadeiro rito de passagem que determinará que

país queremos e construiremos para nossos filhos, ciclos naturais de nossa vida: as eleições gerais, em que elegeremos novo presidente ou presidenta, novos governadores e um novo parlamento.

Neste número de **Extratos** que chega em suas mãos, projeto que se consolida como um instrumento de democracia e debate para a categoria, último número da atual gestão do Sindicato, você, companheiro bancário, terá acesso a discussões que giram em torno destes três temas, cujo desfecho impactará fortemente nossas vidas, ou nossos ciclos, seja através do acordo que regula nossa relação de trabalho, seja através de tudo o que pode advir de nossas escolhas para as eleições gerais de 2010.

Aliás, o Sindicato certamente tem a obrigação de se posicionar diante das eleições, na medida em que claramente defendemos um país que continue neste ciclo de ajustamento social com crescimento econômico, conforme experimentamos desde 2003 com o governo Lula.

Boa leitura e saudações sindicais.

ANTONIO EUSTÁQUIO RIBEIRO

Secretário de Imprensa

Expediente



Presidente

Rodrigo Lopes Britto
presidencia@bancariosdf.com.br

Secretário de Imprensa

Antonio Eustáquio

Conselho Editorial

Alexandre Severo, Antonio Eustáquio, Rafael Zanon e Rosane Alaby

Jornalista responsável e edição

Robinson Sasaki

Redação

Renato Alves (Editor assistente), Thais Rohrer, André Shalders e Jerônimo Calorio (estagiário)

Projeto gráfico e edição de arte
Valdo Virgo

Assistente de arte
Marcos Alves

Webmaster

Elton Valadas

Fotografia

Agnaldo Azevedo

Colaboração

Cícero, Eduardo Araújo, Hanilson, Pedro Tupinambá e Vitor Rego

Sede EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília (DF) - CEP 70383-400

Telefones (61) 3262-9090 (61) 3346-2210 (imprensa) Fax (61) 3346-8822

Endereço eletrônico www.bancariosdf.com.br **e-mail** imprensa@bancariosdf.com.br

Tiragem 20 mil exemplares **Distribuição gratuita**

Todas as opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF

Sindicato dos Bancários de Brasília





Entrevista

O sociólogo e cientista político Emir Sader afirma que o Brasil tem hoje a chance de consolidar uma nova ordem

Página 12

Editorial

Rodrigo Britto: "Sindicato de lutas, conquistas, cultura, esporte, responsabilidade social, valorização do passado e visão de futuro..."

Página 4

Eleições 2010

O que está em jogo nas urnas

Página 6

Eleições GDF

E agora Brasília?

Página 14

Artigo

Pedro Tupinambá: Falta de transparência da remuneração dos executivos emerge após crise

Página 20

Recorde de Lixo

Desperdício de material, de alimento, de trabalho, de vidas...

Página 22

Assédio Moral

Quando a relação de trabalho vira violência perversa

Página 25

Sistema Financeiro

A culpa é do (atual) sistema

Página 28

Rádios Comunitárias

Nas ondas de ilegalidade, de falta de identidade e de desvio de finalidade

Página 32

Saúde do Trabalhador

Assalto às condições psíquicas do bancário

Página 34

Tatoo x Tabus

Tatuagem e preconceito no atendimento bancário

Página 36

Qualidade de Vida

Abaixo o sedentarismo

Página 38

Balanço Quadrimestre

As principais ações do Sindicato pré-campanha salarial em imagens

Página 40

Agenda e Cartas

O calendário de atividades dos trabalhadores e a opinião dos leitores

Página 43

Posse

A nova diretoria do Sindicato

Página 44

Além de Bancário, sou...

Animador e roteirista brasileiro de primeira

Página 46

Leitura e Análise

Para refletir sobre os dilemas éticos da vida pessoal e profissional

Página 48

Unidade dos Trabalhadores

Bancários seguem presentes nas lutas gerais por qualidade de vida e trabalho

Página 50

www.bancariosdf.com.br



Sindicato de lutas, conquistas, cultura, esporte, responsabilidade social, valorização do passado e visão de futuro...



Colegas,

Com a posse da nova diretoria, eleita em março, o Sindicato inicia a partir de julho um novo ciclo de lutas. Parte da atual diretoria encerra seus trabalhos na entidade, mas não na militância, e passa o bastão para companheiros que chegam com energia e disposição para, juntos com a experiência dos que permanecem, somar forças para um movimento forte, independente e combativo. O objetivo é um só: a manutenção do que já foi conquistado e avançar ainda mais.

Fechamos a gestão 2007-2010 com a sensação de dever cumprido, mas com a disposição de continuar lutando para novas conquistas. Como sugere toda situação de mudança, o momento é de reflexão, de olharmos para trás e para o futuro.

Começamos pelo passado. Foram três anos de muito trabalho, marcados pelos resultados positivos alcançados e pela experiência que acumulamos com as adversidades, mas sobretudo pela vontade de acertar. Prova de que esse esforço valeu a pena e de que estamos no caminho certo é o reconhecimento expresso pela categoria na última eleição do Sindicato, em que a Chapa 1 alcançou quase 60% dos votos válidos, mais do que a soma das outras duas chapas concorrentes, e no aumento do número de sindicalizações, que, comparado a 2007, aumentou em 20% no último período. Fato que nos impõe mais responsabilidade, mas também mais legitimidade.

O último triênio marcou um período de maior projeção do Sindicato no âmbito do movimento sindical nacional, com o fortalecimento de sua intervenção na pauta geral dos trabalhadores do ramo financeiro. Mas não foi só isso: o Sindicato reforçou sua participação nas marchas e nas assembleias gerais da clas-

se trabalhadora, além de ser atualmente uma das principais entidades interlocutoras.

Nesse sentido, o fortalecimento da entidade significou conquistas para a categoria. Em relação à Convenção Coletiva Nacional, com a força da mobilização e das greves dos bancários, demos sequência às conquistas que vimos angariando desde 2003, de que é expoente maior, nas cláusulas econômicas, o aumento real de salário e, nas cláusulas sociais, a ampliação da licença-maternidade para 180 dias, uma reivindicação histórica do movimento sindical bancário.

Avançamos também na pauta específica de cada banco, principalmente no que tange à isonomia de tratamento entre novos e antigos funcionários, e entre os da ativa e licenciados.

No campo político local, ganhou destaque a campanha eficaz deflagrada pelo Sindicato pela valorização do BRB como banco público e do DF, diante das ameaças de privatização do ex-governo Arruda, que também foi alvo da ação do Sindicato dentro do movimento que culminou com a cassação do seu mandato.

Valorização do emprego

Num cenário de privatizações e fusões, acendeu-se o sinal de alerta contra as demissões e a defesa do emprego ganhou espaço na pauta de luta. Nesse sentido, fomos a campo pela ratificação da Convenção 158 da OIT, por mais vagas no Banco do Brasil (fomos vitoriosos na batalha pela prorrogação do concurso de 2006 e, agora, do de 2008), na Caixa (na troca de terceirizados por bancários concursados) e no BRB (onde avançamos com a geração de mais dotações). Tudo isso possibilitou a realização de concursos públicos e a contratação de mais bancários

OS ÚLTIMOS TRÊS ANOS MARCARAM UM PERÍODO DE MAIOR PROJEÇÃO DO SINDICATO NO ÂMBITO DO MOVIMENTO SINDICAL NACIONAL, COM O FORTALECIMENTO DE SUA INTERVENÇÃO NA PAUTA GERAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO

para todo o Brasil. O que traz um pouco mais de alívio à rotina de sufoco por conta da sobrecarga de trabalho e melhor atendimento à população.

A propósito, a busca pela qualidade de vida, dentro e fora do ambiente de trabalho, foi uma das principais preocupações que nortearam a atuação do Sindicato. As ações diárias de combate às políticas nefastas implantadas pelo sistema financeiro para o cumprimento de metas, baseadas na supervalorização do individualismo e que implicam na prática ostensiva do assédio moral, foram reforçadas nas blitze promovidas pelo Sindicato nas agências do DF e Entorno, com vistas a avaliar as condições de trabalho, saúde e segurança.

Os aposentados também tiveram vez e foram contemplados com uma política permanente de valorização, por meio de uma série de ações desenvolvidas com o propósito principal de melhorar as aposentadorias e o nível de qualidade de vida. São exemplos dessas iniciativas a atuação da assessoria jurídica no trato com assuntos do interesse desse segmento e a implantação de atividades culturais, como o Encontro Animado. Ao mesmo tempo em que se buscava valorizar o bem-estar dos companheiros da melhor idade, a juventude teve seu espaço: aprimoramos as políticas de formação, com foco na qualificação profissional e na formação sindical, tendo sempre uma preocupação especial com os novos bancários.

Ações em várias frentes

No campo jurídico, devido à competente atuação da nossa assessoria (Crivelli, Castagna Maia e dr. Dario), alcançamos importantes vitórias, seja na reintegração de bancários ou no combate ao assédio moral, acarretando inclusive alterações em cargos de diretoria, seja na busca por melhor qualidade de vida, como no caso dos Asnegs do BB, com a ação pela redução da jornada de trabalho sem diminuição salarial, e no restabelecimento do vale-transporte no itinerário Brasília-Formosa-Brasília para os bancários também do BB.

Do ponto de vista da estrutura e da logística do Sindicato, houve alterações subs-



tanciais, como a reforma da sede, incluindo o Teatro, buscando criar um ambiente cada vez melhor para a categoria e para os funcionários. Os espaços físicos do Sindicato passaram a ser melhor aproveitados, com a realização de cursos nas dependências e de exposições no foyer do Teatro, por exemplo. Como forma de prestar melhores serviços aos bancários, faz parte dessa ação investimentos em áreas estratégicas, como a imprensa, criando novos canais e potencializando a comunicação. O Cedoc e a Biblioteca também mereceram atenção especial. E projetos sociais com foco na inclusão social, como o Entorno das Artes. Além disso, está na agenda do Sindicato a reinauguração da subseleção de Taguatinga.

Preocupado com a questão da acessibilidade e dentro da nossa política de responsabilidade socioambiental, construímos um elevador e rampas para pessoas com deficiência, reduzimos em 40% o consumo de água e em 60% o de energia na entidade e adotamos o papel reciclado para a confecção de nossos materiais, além da coleta seletiva de lixo. De igual forma, as lutas da categoria saíram ganhando, com melhorias nas estruturas das assembleias, das atividades de luta e das greves.

Os eventos e atividades culturais também ganharam reforço, tanto no que diz respeito à logística quanto em relação ao nível da qualidade dos artistas contratados. Tal iniciativa fortaleceu projetos como o Cineclube (que completa três anos em 2010 com média de 200 espectadores por sessão), o Brasília Debate, o Sexta Básica, o Terça Arte, sem contar as peças teatrais e os projetos com ligas e entidades esportivas e com escolas de samba de Brasília, que resultaram na criação do Pré-Carnaval dos Bancários, em parceria com a Unidos da Tijuca, atual campeã do carnaval carioca. E não podemos esquecer a tradicional mas sempre inovadora Festa dos Bancários e da Copa dos Bancários de Futebol Soçaite.

Trabalhadores do Ramo Financeiro

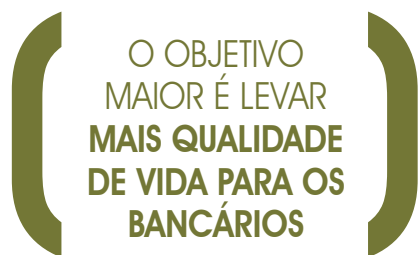
A luta extrapolou os interesses meramente corporativos, por intermédio da continuidade e reforço das parcerias com outras entidades sindicais e com o movimento social em geral, dentro do princípio cutista de solidariedade da classe e por uma sociedade mais justa e equânime. De um lado, por exemplo, estreitamos laços com a prefeitura do Setor Bancário Sul e aprofundamos debates como o da acessibilidade na Galeria dos Estados, o das vagas para estacionamento e sobre segurança. De outro lado, reforçamos a luta e obtivemos êxito nas questões dos vigilantes, dos vigilantes de transporte de valores, dos trabalhadores nos serviços de asseio e conservação, dos funcionários que trabalham no aeroporto JK. Sempre dentro dos princípios de autonomia e liberdade sindicais.

Ao mesmo tempo, o Sindicato ampliou sua representatividade junto aos trabalhadores do ramo financeiro, ao equiparar, pela via judicial ou em ação conjunta com a Contraf-CUT, Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho, esses empregados a bancários ou financeiros, de modo a pôr fim à precarização de direitos trabalhistas. Na Cooperforte, o grande salto de representatividade se deu através da “vinda” de cooperativários para a militância sindical, com a eleição da figura de delegado e de um dirigente sindicais, o que colocou o Sindicato dos Bancários de Brasília como o primeiro a ter nos quadros da diretoria um representante de cooperativa. E estamos caminhando na construção de uma convenção coletiva para financeiros e cooperativários.

Olhando para o futuro, o cenário que se vislumbra rumo aos 50 anos do Sindicato, e para além dele, sem esquecer das festividades que marcarão a simbólica data, é o da certeza de continuidade de uma política cujo foco primeiro e último é o bancário, a defesa dos seus interesses, o fortalecimento da luta, a manutenção de direitos e o avanço nas conquistas. Contamos com todos na organização dessa frente, somando forças para um Sindicato, assim como a categoria que representa, mais forte, combativa e de resultados. Sempre resgatando a história dos que combateram o bom combate e valorizando os que se apresentam para engrandecer a luta sindical. 📌

Um grande abraço,

RODRIGO BRITTO,
Presidente reeleito do Sindicato



O que está em jogo nas urnas

Dois projetos políticos antagônicos para o futuro do país estarão em disputa nas eleições de outubro. Caberá ao eleitor escolher entre avançar mais nas conquistas ou regredir a um passado sombrio

→ ANDRÉ SHALDERS

Ao comentar essa questão, o sociólogo e cientista político Emir Sader respondeu o seguinte: “Nessas eleições, o povo brasileiro é chamado a decidir entre duas possibilidades. Uma é a de que o período iniciado com a eleição de Lula, em 2002, seja apenas um pequeno parêntese no projeto de poder de suas elites tradicionais, que conduziu o Brasil ao estado de flagrante desigualdade social e conseqüente atraso econômico. A outra, é a de que esse período recente venha a servir de trampolim para um processo de transformação social que moldará a face do nosso país na primeira metade do século XXI, abrindo caminho para a superação da barbárie neoliberal. Há hoje a possibilidade real de iniciar a construção de um país soberano e efetivamente democrático, nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.”

Embora a frieza dos números não seja suficiente para traduzir a realidade, eles podem nos fornecer uma vista panorâmica do que se passou no Brasil durante os oito anos do governo Lula. Talvez a mudança mais substancial seja aquela apontada por um levantamento feito em 2009 pelo economista Marcelo Néri, coordenador do Centro de Políticas Sociais da FGV. Segundo ele, cerca de 32 milhões de pessoas deixaram a pobreza entre os anos 2002 e 2009.

Em entrevista para a revista Radis, em maio deste ano, o economista fornece mais detalhes. “A redução da desigualdade de ren-



A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA NO PAÍS FOI A PRINCIPAL CARACTERÍSTICA DA DÉCADA [DOS ANOS 2000]. A RENDA DOS 10% MAIS POBRES CRESCERAM 72% EM TERMOS REAIS PER CAPITA

Marcelo Néri

da no país foi a principal característica da década. A renda dos 10% mais pobres cresceu 72% em termos reais per capita, entre 2001 e 2008, enquanto a dos 10% mais ricos aumentou em 11% (...) Assistimos à incorporação de 32 milhões de pessoas às classes A, B, e C desde 2003 e à saída de 18,5 milhões da pobreza, entre 2003 e 2008. Para mim, esta foi uma pequena grande década: pequena na extensão, grande nos resultados.”

DURANTE O GOVERNO FHC, O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DIMINUIU EM QUASE 100 MIL



Uma das 12,4 milhões de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família

Foto: Bruno Spada/Ministério do Desenvolvimento Social

Muitos outros números da área econômica poderiam ser usados para explicar a alta popularidade do governo Lula. Em uma pesquisa conduzida pelo Datafolha em março deste ano, 76% dos entrevistados avaliaram a gestão petista à frente do governo federal como boa ou ótima. Em 2002, o salário mínimo, por meio do qual vive quase um quarto da população do país, era de R\$ 200. Atualmente, é de R\$ 510, um aumento de 155%. É bom lembrar também que a taxa de desemprego caiu de 18% da população economicamente ativa, em 2003, para 7,2% no primeiro mês de 2010, segundo pesquisa do IBGE.

Os dados expressam também o aumento do emprego formal (com direitos trabalhistas assegurados) em relação ao informal. Pela primeira vez, em 2009, os trabalhadores com carteira assinada foram mais de 50% da força de trabalho. É um avanço gigantesco, sobretudo se comparado com os oito anos de governo FHC, que gerou, entre 1994 e 2002, apenas 797 mil postos de trabalho formal, contra 8,7 milhões de empregos formais criados entre 2003 e 2009, no governo Lula.

Governar não é questão de sorte

Nas páginas dos jornalões brasileiros, repetiu-se durante algum tempo que a melhora econômica produzida pela gestão petista teria sido fruto sobretudo de uma conjuntura internacional favorável. O discurso, da mesma forma, servia para justificar o fraco desempenho de FHC. A tese saiu de moda em 2009. Foi enterrada pelos poucos efeitos observados na economia brasileira diante da crise econômica de 2008-2009. Países como os Estados Unidos, Espanha, Itália e Canadá declararam formalmente o estado de recessão, com decréscimo econômico contínuo por mais de dois trimestres. Nos EUA, só em 2008, foram cerca de 1,2 milhão de postos de trabalho fechados. Mesmo em maio deste ano, a taxa de desemprego nos EUA fechou em 9,7%, índice considerado altíssimo no país.

Já a economia brasileira, embora tenha sofrido certa desaceleração, retomou o crescimento mais cedo do que a maioria dos países. As reservas internacionais continuaram subindo, saltando de 206,8 bilhões de dólares em 2008 para 239,4 bi no fim de 2009, segundo dados do Banco Central. A criação de empregos também não parou. Em 2007, foram 1,61 milhão de postos de trabalho criados. O número diminuiu para 1,45 milhão em 2008 e para 995 mil em 2009. Nada comparável, por exemplo, ao ano da reeleição de FHC, em 1998, quando, ao sabor de uma crise econômica detonada pela inadimplência russa, houve saldo negativo de 581 mil empregos.

“Todo esse processo de crescimento econômico não se deve só a uma conjuntura favorável. Grande parte dele é baseado em mudanças na política econômica. Entre 2003 e 2009, tivemos por exemplo um aumento significativo do volume de crédito bancário, que saiu de 22% do PIB para 45% do PIB. Ainda é pouco, visto que

EM 2009, OS
EMPREGOS
FORMAIS FORAM
50% DA FORÇA
DE TRABALHO

em algumas economias esse valor chega a mais de 100%, mas é uma melhora significativa. As políticas de distribuição de renda também desempenharam um papel importante, ao incorporar ao mercado consumidor milhões e milhões de brasileiros. Foi isso que impediu uma recessão no Brasil”, avalia Carlos Cordeiro, economista e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

O PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas pela economia, vinha obtendo aumentos significativos desde 2007, quando o crescimento foi de 6,09%. Em 2008, o PIB cresceu 5,08%. O ano de 2009 registrou retração de 0,2%, segundo o IBGE. Entretanto, o último boletim Focus, divulgado em março pelo Banco Central, projeta um crescimento do PIB brasileiro da ordem de 5,5%, em 2010.

Por mensurar a variação total na quantidade de riquezas produzidas pela economia, o PIB fornece um panorama da situação econômica do país, mostrando uma influência menor da crise econômica no Brasil do que em outros países.

A luta pelo novo mínimo

No final de 2009, o deputado federal Geraldo Magela (PT-DF) foi o relator-geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2010. Um dos pontos mais disputados durante a apreciação do projeto na Câmara foi o aumento do salário mínimo, que passou a ser de R\$ 510,00 em 2010. Em dólares, é o maior valor histórico do salário mínimo. “Pode parecer pouco, mas isso tem um impacto grande, por que é a partir daí que vão ser calculados os próximos aumentos do salário mínimo”, diz ele.

“Tivemos de enfrentar a ira e a fúria da oposição, que queria impedir a votação do orçamento para 2010, por se tratar de período eleitoral. Quando chega esse período, a oposição faz tudo que pode para impedir a votação do orçamento, pois sabe que é um grande prejuízo para o governo ficar 2 ou 3 meses sem o orçamento aprovado. Foi um processo muito difícil. Nós só conseguimos aprovar o orçamento faltando 25 minutos para o prazo fatal, porque o PSDB e o DEM fizeram de tudo para impedir. Mesmo depois de votado o orçamento, o deputado Ronaldo Caiado, do DEM de Goiás, trabalhou para evitar que ele fosse sancionado”, detalha o parlamentar.



O projeto

dos trabalhadores para o Brasil

Neste ano, a CUT lançou uma plataforma a ser apresentada para os candidatos da eleição presidencial. A plataforma está baseada em três pontos básicos: a valorização do trabalho e dos trabalhadores, o aprofundamento no processo de distribuição de renda e de inclusão social, e a confirmação do papel do estado como indutor desses processos, mantendo seu caráter democrático e de participação da sociedade. O texto está disponível na íntegra no site www.cut.org.br.

Uma plataforma é um documento no qual um movimento ou um grupo social expressa seus interesses e seus pontos de vista sobre o que deverá ser feito no próximo governo, formulando propostas. Oficialmente, nenhum candidato já declarou apoio formal ao programa cutista, mas, historicamente, o partido cujas posições mais se aproximam da plataforma é o PT, representado pela pré-candidatura de Dilma Rousseff.

“Há 10 anos, quando fazíamos nossos atos do 1º de Maio, discutíamos sempre o que fazer para deter o desemprego, o arrocho salarial, a retirada de direitos, as privatizações. Hoje, podemos debater uma agenda positiva, podemos entregar essa plataforma com propostas de avanços. Nosso maior objetivo agora é impedir o retrocesso e continuar mudando o Brasil”, afirmou Artur Henrique, presidente nacional da CUT.

Artur Henrique lembrou também a forma democrática pela qual a plataforma foi elaborada. “É resultado do esforço coletivo de sindicatos, federações e confederações que discutiram durante dois anos ideias para garantir os avanços dos últimos anos e aprofundar as conquistas.”



**[A PLATAFORMA]
É RESULTADO DO
ESFORÇO COLETIVO DE
SINDICATOS, FEDERAÇÕES
E CONFEDERAÇÕES QUE
DISCUTIRAM DURANTE
DOIS ANOS IDEIAS PARA
GARANTIR OS AVANÇOS
DOS ÚLTIMOS ANOS
E APROFUNDAR AS
CONQUISTAS**

Ele se refere ao processo da Jornada pelo Desenvolvimento com Valorização do Trabalho e Distribuição de Renda, ciclo de conferências desenvolvido pela CUT junto aos sindicatos, durante as quais foram elaboradas as propostas da plataforma. O formato da jornada garantiu que as propostas fossem levantadas e discutidas diretamente pelos trabalhadores.

A agenda cutista para o debate e para os candidatos das eleições gerais inclui desde bandeiras históricas do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho para 40h, através da PEC 231/95, até pautas relacionadas à igualdade de gênero e de raça. Ainda sobre as relações de trabalho, vale ressaltar a ênfase dada às propostas de combate à precarização e terceirização, através

da ratificação de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Outro ponto marcante da plataforma são as propostas de fortalecimento da democracia direta e participativa, através de instrumentos de consulta como as conferências, e a criação de espaços que possibilitem aos movimentos sociais a participação na tomada de decisões. Também são várias as propostas no sentido de reafirmar o papel do estado como indutor do desenvolvimento econômico e social, com a reconstrução de suas estruturas.

A plataforma cutista coloca também pontos na luta pela democratização da comunicação. Entre outros pontos, reivindica-se a implementação das propostas aprovadas pela 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). A plataforma também fala da aprovação de um novo Marco Regulatório para as comunicações no Brasil, que se baseie na prevalência do interesse público, além da necessidade da adoção de critérios claros para as outorgas e renovações das concessões dos canais de rádio e TV.



A candidata de Lula

Muito se tem repetido que as eleições de 2010 serão as primeiras, desde o retorno às eleições presidenciais diretas, nas quais Lula não concorrerá. Apesar de verdadeiro, o fato é de pouca relevância diante da importância do resultado que sairá das urnas em outubro. Lula não concorrerá, mas o projeto de país iniciado em seu governo se defrontará novamente com o do tucanato. A continuidade do projeto petista será representada por Dilma Rousseff. Para os eleitores que têm visão personalista das eleições, Lula mandou um recado durante a Convenção Nacional do PT no dia 13 de junho: “acho que vai haver um grande vazio na cédula. Por isso decidi mudar o meu nome para Dilma”.

A preferida de Lula começa a incomodar os tucanos, ao aparecer empatada com José Serra, em campanha a pré-candidato há pelo menos quatro anos, nas pesquisas eleitorais. Uma pesquisa divulgada pelo Ibope no dia 7 de junho mostra os dois presidenciáveis empatados: 37% das intenções de voto para cada um. Algumas diferenças marcantes entre o possível eleitorado dos dois candidatos: Dilma concentra sua votação entre as classes populares, recebendo 43% das intenções de voto, contra 32% de Serra, entre os eleitores que ganham até um salário mínimo. Há também uma diferença regional: Dilma prevalece no norte, no nordeste e no centro-oeste, enquanto Serra leva no sul e no sudeste do país.

O aumento da popularidade da ex-ministra está intimamente ligado à sua relação com Lula. Desde o início do ano, foram várias as inaugurações e eventos dos quais os dois participaram juntos. “E não há nada de incoerente nisso, uma vez que justamente ela coordenava o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que representa a continuidade do projeto político encampado por Lula”, comenta Rejane Pitanga, ex-presidente da CUT-DF e candidata a deputada distrital pelo PT. Per-



Dilma e a resistência

Em 1964, Dilma começa sua militância política ao ingressar no Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte, onde entra em contato com o movimento estudantil. Como ela própria descreve, “aí fiquei bem subversiva. Percebi que o mundo não era para debutante”. A agitação no colégio ganhava forte impulso, principalmente por causa do recém declarado golpe militar.

No mesmo ano, Dilma entra para o grupo Política Operária, o POLOP, organização criada pelo então Partido Socialista Brasileiro. Pouco tempo depois, o Polop racha, e uma de suas alas decide pela luta armada, dando origem ao Comando de Libertação Nacional, o Colina.

Dilma atuou no Colina como editora do jornal O Piquete, além de travar relações com sindicatos e outras instituições. Conhecida por sua atuação pública, Dilma não era escalada para as ações armadas do grupo. Após alguns anos vivendo na clandestinidade, Dilma participa em 1969, junto com Carlos Lamarca, da criação da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, VAR-Palmares. Além de Dilma, Carlos Minc e outras figuras públicas também participavam da organização.

Em janeiro de 1970, Dilma foi presa na Rua Augusta, em São Paulo, depois de um colega próximo, sob tortura, ter delatado o local onde eles estavam. Testemunhas relatam que ela teria passado por 22 dias de tortura. Ela deixa o Presídio Tiradentes em 1972, dez quilos mais magra e com a saúde debilitada, mudando-se logo depois para Porto Alegre, onde seu marido, Carlos Araújo, terminava de cumprir pena.

Voltando à legalidade, Dilma militou no Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES), ligado ao MDB, único partido de oposição dentro da legalidade. Mais tarde, com a reabertura política, Dilma colaborou na refundação do PDT, centralizado pela figura de Leonel Brizola.

guntada sobre como seria uma eventual continuidade do governo Lula, Dilma disse: “Não falo de só ampliar, não, falo de avançar. Se não avançar, não está continuando. O que o Lula construiu para o futuro? Um alicerce.”

Mas quem é Dilma? Recentemente, durante a convenção do PSDB, Serra acusou-a de não ter experiência política, de ter “caído de paraquedas” no ninho da classe política. Tal coisa, entretanto, está longe da verdade.

Dilma nasceu em 1947, em Minas Gerais, filha de um promotor búlgaro naturalizado brasileiro, com uma brasileira, chamada também Dilma, de sobrenome Silva. O pai de Dilma, Pedro Rousseff, havia sido filiado ao Partido Comunista da Bulgária, chegando ao Brasil em 1930, onde fixou residência e casou-se com a mãe de Dilma, que era professora.

Após trabalhar como secretária de Minas e Energia no governo Olívio Dutra (PT) no Rio Grande do Sul, Dilma foi escalada para planejar a abordagem do assunto no programa de governo de Lula, em 2002. Apoiada por Antônio Palocci, ela se torna ministra da pasta de Minas e Energia no governo Lula. No cargo, conseguiu, por exemplo, que a construção de plataformas de petróleo da Petrobras, como a P-51 e a P-52 fossem realizadas com participação de empresas brasileiras. A percentagem brasileira dos navios e plataformas, que antes chegava no máximo a 18%, passou a girar em torno de 60%.

Nessa época, Dilma também foi responsável pela condução do programa ‘Luz para Todos’, que levou energia a cerca de um milhão de famílias, especialmente no nordeste brasileiro e no meio rural.

Na campanha de 2006, Dilma gerenciou uma equipe de ministros responsável pela elaboração do PAC e do Plano de Desenvolvimento da Educação. Após a reeleição de Lula, assumiu a Casa Civil. Sabe-se que a escolha do presidente foi influenciada pela atuação dela na pasta de Minas e Energia.





SERRA TRAZ NA BAGAGEM TODO O PROJETO POLÍTICO DE DESMONTE DA MÁQUINA ESTATAL E DE DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR CONDUZIDO PELO PSDB QUANDO FOI MINISTRO, DURANTE A GESTÃO DE FHC

O Estado sob o tucanato

Um dos principais aspectos do governo Lula foi a recuperação da máquina estatal, fortemente prejudicada durante a década de 1990. Quando FHC assumiu o governo, em 1994, havia 583 mil servidores públicos. Após diversas privatizações de empresas públicas, eliminações de políticas sociais e reestruturação das carreiras no funcionalismo público, esse número era de 485,7 mil em 2002. Durante a era tucana, diversas categorias do funcionalismo público tiveram seus salários congelados, como foi o caso dos trabalhadores da Previdência e da Seguridade Social, que ficaram sem aumento entre 1995 e 2001.

Entre 1994 e 2002, FHC aprimorou e aumentou o ritmo de execução do Plano Nacional de Desestatização (PND), criado em 1991 por Collor. Como o próprio nome diz, o objetivo do PND era transferir empresas públicas para o controle do setor privado, tanto nacional quanto estrangeiro. FHC criou uma instância nova, o Conselho Nacional de Desestatização, submetido diretamente à Presidência da República, para dar mais agilidade às privatizações. Foram muitos os absurdos cometidos em nome do “enxugamento da máquina pública”.

No setor bancário, o governo do PSDB tratou de vender vários bancos estaduais, como o Banco do Estado de Goiás, do Amazonas e de São Paulo, além do Banco Meridional. Também foram para o pregão todo o sistema Telebrás, que reunia várias empresas de telecomunicações, empresas de energia como a Eletropaulo e a Light, do Rio de Janeiro, e várias siderúrgicas e mineradoras, entre elas a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Na segunda metade dos anos 1990, o jornalista Élio Gaspari cunhou o termo privatária para designar a forma como o PSDB, então no governo, estava conduzindo o processo de privatizações no Brasil. Vejamos o caso da Eletropaulo, empresa de energia elétrica de São Paulo. Antes da privatização, a Eletropaulo foi desmembrada em várias empresas menores. A mais rentável delas, responsável pelo fornecimento de energia na região metropolitana de São Paulo, foi vendida em 1998 para a empresa norte-americana de energia elétrica AES. Antes de ser privatizada, a empresa empregava cerca de 27 mil funcionários, e não era deficitária.

Ao vender a Eletropaulo, os tucanos,

É ESTE MODELO DE ESTADO MÍNIMO E PRIVATIVISTA QUE AGORA SE VOLTA A OFERECER AO POVO BRASILEIRO, SOB A CANDIDATURA DE SERRA

que, na época, controlavam também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fizeram um empréstimo camarada à AES, no valor de 100% do preço de venda da Eletropaulo, que correspondia à bagatela de 1,2 bilhão de dólares. Detalhe: a AES, já na época, estava em processo de falência nos EUA. Após comprar a Eletropaulo, a empresa americana não pagou sequer a primeira parcela do empréstimo. Outro detalhe apontado pela imprensa: o presidente do BNDES na época da venda, José Pio Borges, saiu da presidência do banco diretamente para prestar consultoria à AES, em 1999.

Em 2003, a AES admitiu o calote, fazendo o BNDES declarar prejuízo de R\$ 1,2 bilhão, colocando em risco a própria estabilidade do banco público. Por fim, foi fechado um acordo que devolveu ao BNDES 50% menos uma das ações da Eletropaulo.

É este modelo de “Estado mínimo” e privatista que agora se volta a oferecer ao povo brasileiro, sob a candidatura de José Serra. Embora venha adoçando sua fala com termos como “responsabilidade social” e “garantir os avanços sociais”, Serra traz na bagagem todo o projeto político de desmonte da máquina estatal e de desvalorização do trabalhador conduzido pelo PSDB quando foi ministro, durante a gestão de FHC, e governador de São Paulo.

Filho de um imigrante italiano da Mooca, em São Paulo, Serra começou sua militância política no movimento estudantil, integrando as fileiras da Ação Popular (AP), braço progressista da Juventude Católica. Chegou a ser presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre 1963 e 1964, fugindo logo após o golpe militar para o exílio, onde ficou por mais de uma década.

De volta ao Brasil em 1977, coordenou já em 1978 a campanha de Fernando Henrique Cardoso ao Senado, na época pelo MDB. Participou da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, na qual trabalhou contra a estabilidade no emprego para os funcionários de empresas privadas e por um repasse menor das verbas de alguns impostos do governo federal para os estados, entre várias outras iniciativas. Serra também foi um dos fundadores do PSDB, juntamente com Fernando Henrique. Em 1990, foi reeleito deputado federal com o apoio da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Pós-1930 da FGV.

Serra também dirigiu o Ministério da

Saúde durante o segundo governo de FHC (1998-2002). Foi responsável pela implementação das campanhas de combate à Aids, além de fomentar o início dos medicamentos genéricos.

Todavia, em 2006, a Controladoria Geral da União (CGU) descobriu a existência do esquema de corrupção que ficou conhecido como “a máfia dos sanguessugas”, no qual o dinheiro público era desviado através de contratos fraudulentos de ambulâncias e insumos hospitalares. Segundo a CGU e a Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar o caso, o esquema teve início durante a gestão de Serra no Ministério da Saúde.

Enfraquecer para privatizar

“O governo Fernando Henrique enfraqueceu o papel do BB e da Caixa enquanto bancos públicos”, acusa Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT, lembrando que quando FHC assumiu seu primeiro mandato, em janeiro de 1995, o BB tinha 119.380 funcionários e a Caixa, 65.076. Ao deixar o governo, em dezembro de 2002, o número de bancários havia caído drasticamente para 78.619 no BB e 55.691 na Caixa. Em setembro de 2009, no atual governo, os dois bancos públicos federais contavam, respectivamente, com 114.432 e 82.000 trabalhadores.

Durante o governo FHC, tanto o Banco do Brasil como a Caixa impuseram uma política de congelamento salarial, de ataque às organizações sindicais e enfraquecimento do quadro funcional.

Enilson da Silva, diretor do Sindicato, ressalta que o objetivo claro do governo FHC era esvaziar o papel dos bancos públicos federais e prepará-los para a privatização. “O governo encomendou, na época, um estudo às consultorias Booz-Allen & Hamilton e Fipe, para fazer um diagnóstico dos cinco bancos federais (BB, Caixa, BNDES, Basa e BNB). O relatório apresentado em 2000 afirmava que as instituições financeiras federais eram ineficientes e propunha várias alternativas ao governo, entre elas a fusão de bancos e a privatização pura e simples”, recorda o dirigente.

Além disso, o governo tucano incentivou a privatização de bancos estaduais, muitos vendidos a preços subavaliados, entre eles Banespa, Banerj, Banestado, Bemge, Bandepe, Baneb e Credireal. Também foi privatizado o Meridional, um banco controlado pela União. ❧



O BNDES, a Previ e o Leilão

Também na privatização da Telebrás, em 1998, escutas telefônicas apontaram um esquema de favorecimento do consórcio chefiado pelo Banco Opportunity, de Daniel Dantas. O caso repercutiu a ponto de causar a queda do então Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, do presidente do BNDES, André Lara Resende, e de diretores do Banco do Brasil, entre eles Ricardo Sérgio de Oliveira. O presidente da Previ, Jair Bilachi, também perdeu o cargo. Até 2009, Dantas e outros enfrentavam um processo judicial iniciado pelo Ministério Público Federal, que questionava a legalidade das operações feitas para privatizar o Sistema Telebrás.

Os grampos foram montados de forma ilegal na sede do BNDES durante a preparação do leilão da Telebrás. Alguns trechos da conversa mostram a forma como o então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, teria forçado a Previ a participar do consórcio liderado pelo Banco Opportunity, controlado por Daniel Dantas. Mendonça ligou para o diretor do BB, Sérgio de Oliveira, para que este entregasse uma carta de fiança ao Opportunity, documento necessário à participação no leilão.

O Opportunity, enrolado, estava para perder o prazo de entrega da carta na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde foi realizado o leilão. André Lara, do BNDES, faz com que a data de entrega fosse adiada. Com a Previ, o consórcio do Opportu-

nity assume uma participação de fundos públicos maiores do que o permitido pelo edital do leilão. Entra em cena Elena Landau, consultora do banco, que pede ao diretor da BNDES Participações S.A (BNDESPar), Nelson Rozental, que considere os fundos de pensão como capital privado, já que estavam sendo preparados para a privatização. Dito e feito.

“Neste episódio, conhecido como ‘os grampos do BNDES’, o então diretor da Área Internacional do BB, Ricardo Sérgio de Oliveira, admitiu estar agindo no ‘limite da irresponsabilidade’. Foi assim que Daniel Dantas assumiu o controle de várias empresas, privatizadas com o dinheiro dos trabalhadores do BB e da Caixa”, lembra Eduardo Araújo, diretor do Sindicato.

Para atender os interesses do Opportunity na disputa com os participantes dos fundos de pensão, que eram contrários a esse favorecimento, Fernando Henrique decretou a intervenção na Previ, afastou dirigentes eleitos pelos bancários do BB e mudou o estatuto da entidade em 2002, no último ano de seu mandato.

“Para combater e desfazer esses acordos de acionistas nocivos aos fundos de pensão, o movimento sindical e os dirigentes eleitos da Previ e da Funcef tiveram de travar uma batalha jurídica e política intensa por quase uma década”, destaca Mirian Fochi, conselheira deliberativa eleita da Previ.

“Oportunidade de conso uma nova

→ ANDRÉ SHALDERS

Emir Emir Sader é sociólogo, mestre e doutor em Filosofia e Ciência Política pela USP. Foi professor nesta universidade e na Unicamp. Atualmente dirige o Laboratório de Políticas Públicas na UERJ RJ, onde é professor de sociologia e mantém um concorrido blog na revista Carta Maior.

Autor de, entre outros livros, *A vingança da História* (Editora Boitempo, 2003), Emir Sader é um crítico contumaz da hegemonia do pensamento neoliberal nas últimas décadas. No dia do Trabalhador, por exemplo, durante o seminário latino-americano promovido para a comemoração do dia do trabalhador, em São Paulo, disse que era importante nas eleições deste ano derrotar as pretensões conservadoras, e “expropriar toda uma geração de políticos mandatários da elite que dominou o Brasil”.

Pouco mais de um mês depois, no início de junho, falou com exclusividade a *Extratos*, quando fez uma leitura da conjuntura política e econômica dos últimos anos no Brasil.

Mostrou clara convicção da necessidade de “abrir caminho para superação da barbárie neoliberal” e que “há hoje a possibilidade real de iniciar a construção de um país soberano e efetivamente democrático, nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais e consolidar no país uma nova ordem, em que políticas públicas e sociais têm mais importância do que as de mercado e do capital”.



Extratos: O que significou a eleição de Lula em 2002 para os trabalhadores?

Emir Sader: A era FHC marcou um tempo no qual muitos trabalhadores deixaram o emprego formal, no qual houve um avanço do desemprego e do subemprego, acompanhado pela precarização das relações de trabalho. Então, a eleição de Lula veio para frear esse processo, começar um processo de recomposição da massa salarial, dos níveis de emprego formal, do poder

aquisitivo dos salários. Podemos dizer então que a eleição de Lula finda um ciclo que prevaleceu no Brasil durante toda a década de 1990.

Extratos: Alguns críticos avaliam que os programas sociais do governo Lula tiveram um caráter apenas paliativo, cosmético, enquanto mudanças estruturais importantes não foram feitas. O senhor concorda?

Emir: Quem diz isso está brigando com a realidade. Em primeiro

lugar, a preocupação com o desenvolvimento social tinha sido abolida, no governo FHC, em nome da austeridade fiscal. Segundo, o Estado, que estava reduzido a ser um Estado mínimo, passou a ser um Estado que propulsiona o desenvolvimento econômico, que garante avanços sociais, que assume um papel central. Os investimentos produtivos, de longo prazo, foram retomados fortemente. As políticas sociais tiveram um papel central na redução da desigualdade, isso está registrado inclusive

estatisticamente. Quem diz isso é porque não sabe o que significa ter quase 20 milhões de pessoas deixando a pobreza. Pela primeira vez em muito tempo, o Brasil deixou de ter os Estados Unidos como parceiro preferencial em suas relações internacionais, e a taxa básica de juros chegou a voltar a ter um dígito. O quadro geral mostra uma inflexão. Houve sim avanços importantes em relação à política econômica dos tempos de Fernando Henrique.

Extratos: Algumas coisas que têm acontecido atualmente, como

lidar no país ordem”



o acordo que o Brasil fechou com o Irã e a Turquia, eram inimagináveis há alguns anos atrás...

Emir: A política externa, de fato, foi uma das coisas que mais mudaram. É preciso lembrar que a opção do governo Fernando Henrique era pela aprovação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, não só para o Brasil mas para toda a América Latina. O Brasil e os EUA seriam os países responsáveis pela formalização da Alca. Se o acordo fosse realizado, nós e toda a América Latina estaríamos

hoje na posição do México, país que tem 90% do seu comércio exterior com os Estados Unidos. Ou seja, aconteceria em todo o nosso continente o que aconteceu lá, que foi um encolhimento do PIB da ordem de 7% em 2009. Eles também tiveram de ir novamente ao Fundo Monetário Internacional, FMI, pedir dinheiro emprestado e geraram toda uma nova gama de tensões.

Por isso a reorientação da nossa política externa foi uma mudança tão importante. A prioridade passou a ser a aliança com os países da nossa região, da América Latina, e com os países do chamado Sul do Mundo.

Esse foi um dos fatores que permitiram que o Brasil se recuperasse rapidamente da crise econômica de 2008. Foi exatamente a demanda dos chineses, o intercâmbio setorial, o comércio com nossos parceiros regionais. E principalmente a extensão e a intensificação do mercado interno de consumo popular, que juntos mantiveram a economia aquecida. Na verdade, a política interna e a externa estão intimamente ligadas.

O aspecto central da política externa brasileira passou a ser a luta por um mundo multipolar, que não seja um mundo dominado absolutamente pela hegemonia imperial norte-americana, centrada em militarizar os conflitos e impor pela força as suas soluções. Essa reorientação foi uma grande

conquista para a paz mundial, e só a grande imprensa brasileira não reconhece isso, pois adota as posições dos Estados Unidos, visando causar dano eleitoral ao presidente Lula.

Extratos: Por fim, gostaríamos que avaliasse o que está colocado para população brasileira agora nas eleições gerais.

Emir: Recentemente, fui co-organizador do livro chamado Brasil: entre o passado e o futuro. Nele, reunimos vários artigos sobre esse momento de disputa eleitoral. Nas páginas finais do meu artigo, faço a avaliação de que, nessas eleições, o povo brasileiro é chamado a decidir entre duas possibilidades. Uma é a de que o período iniciado com a eleição de Lula, em 2002, seja apenas um pequeno parêntese no projeto de poder de suas elites tradicionais, que conduziu o Brasil ao estado de flagrante desigualdade social e conseqüente atraso econômico. A outra, é a de que esse período recente venha a servir de trampolim para um processo de transformação social que moldará a face do nosso país na primeira metade do século XXI, abrindo caminho para a superação da barbárie neoliberal. Há hoje a possibilidade real de iniciar a construção de um país soberano e efetivamente democrático, nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.



O ASPECTO DA
POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA PASSOU
A SER A LUTA
POR UM MUNDO
MULTIPOLAR,
QUE NÃO SEJA
UM MUNDO
DOMINADO
ABSOLUTAMENTE
PELA HEGEMONIA
NORTE
AMERICANA



E agora, Brasília?

Ao comemorar 50 anos de fundação, a Capital vive um momento oportuno para uma reviravolta em sua trajetória, que exige governantes eleitos com resposta efetiva às perplexidades dos candangos e com programas que assegurem a promoção da qualidade de vida da população.

→ ANDRÉ SHALDERS

**ARRUDA E VÁRIAS
OUTRAS PESSOAS
PÚBLICAS SÃO
ACUSADAS DE
CRIMES COMO
FORMAÇÃO DE
QUADRILHA E
FRAUDE ELEITORAL**

Até novembro de 2009, a disputa pelo governo do Distrito Federal estava polarizada entre Arruda e Roriz, com vantagem do primeiro. Uma pesquisa promovida em outubro de 2009 pelo jornal *Alô Brasília*, com 2.100 pessoas, mostrava Arruda liderando a disputa com 43,66% das intenções de voto, seguido por Roriz, com 33,50%. Em setembro, uma outra pesquisa, do Instituto Exata OP, feita com 4.480 entrevistados, mostrou resultados semelhantes. Arruda liderava com 46,2%, seguido por Roriz, que aparece com 34,3%.

Entretanto, no dia 27 de novembro de 2009, a Polícia Federal iniciou a operação Caixa de Pandora, destinada a desbaratar um esquema de arrecadação e pagamento de propinas supostamente comandado na época por Arruda e executado por Durval Barbosa, ex-secretário de Relações Institucionais do GDF e denunciante do “propinoduto”. Arruda e várias outras pessoas públicas são acusadas pelo inquérito 650, da PF, de crimes como formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa, fraude eleitoral e licitações irregulares.

A corrida ao GDF no Pós-Pandora

Com Arruda inviabilizado na disputa pelo GDF, o cenário se altera. Uma atualização da pesquisa produzida pelo Vox Populi sobre as eleições para o GDF, em maio deste ano, mostra a evolução das intenções de voto dos eleitores. O ex-governador Arruda, depois de preso, cassado e inviabilizado como candidato, tem trajetória claramente descendente: em agosto de 2009, ele liderava a disputa, com 31% das intenções de voto. Em janeiro de 2010, apenas 9% da população votariam nele. E em maio, esse percentual caiu para 5%.

Por enquanto, Roriz foi o maior beneficiário do desmascaramento de Arruda, mesmo sendo apontado pelas denúncias de Durval Barbosa como o criador do esquema de propinas herdado pelo governador cassado. O político de Luziânia saiu de 24% das intenções de votos em agosto de 2009, foi para 29% em janeiro deste ano, e 30% em maio. Aparentemente está estagnado.

Outros pré-candidatos, entretanto, tiveram crescimento bem maior que o de Roriz nas pesquisas. O caso mais expressivo é o do petista Agnelo Queiroz, que, em franca e contínua ascendência, subiu de 8% em janeiro de 2010 para 21% em maio. Outro dado interessante: Roriz é o candidato com



O DF PRECISA SER ADMINISTRADO POR UM GRUPO CAPAZ DE GOVERNAR PENSANDO A COISA PÚBLICA

Erika Kokay

a maior taxa de rejeição. 30% dos entrevistados pela pesquisa do Vox Populi responderam que não votariam em Roriz de forma alguma. O segundo candidato com maior rejeição, Alberto Fraga (DEM), tem apenas 14%.

Nas páginas seguintes, busca-se explicar como a história de Brasília conduziu seus cidadãos para um aniversário de cinquenta anos repleto de tantas perplexidades.

Daqui em diante

“Brasília precisa ser administrada por um grupo que seja capaz de governar pensando na coisa pública, que faça o Estado cumprir de forma eficiente seu papel de atender às demandas globais da sociedade. Até hoje, praticamente só tivemos grupos que governam voltados para os próprios interesses e daqueles que lhes são próximos”, avalia a deputada distrital e bancária, Erika Kokay.

Qualquer governador eleito do DF encontrará pela frente uma árdua tarefa, caso deseje quebrar os paradigmas que até hoje regularam a atuação do GDF. Basta lembrar que nas apurações da Caixa de Pandora foram encontrados indícios de corrupção em praticamente todas as instâncias do GDF, desde o chefe do Executivo até membros do Judiciário, passando pela maioria dos deputados distritais da base aliada de Arruda.

“A Caixa de Pandora mostrou em que nível de degradação a Câmara Legislativa do DF chegou. A maioria absoluta dos deputados distritais atuais é citada no inquérito. Mesmo agora, depois de passado o tumulto, a Câmara Legislativa está tendo dificuldades para tocar a CPI da Codeplan, destinada a investigar o esquema. Para promover mudanças reais no GDF, precisaremos renovar grande parte dos nossos governantes, em todas as instâncias, mas especialmente na Câmara. Caso contrário, prevalecerá a lógica da troca de favores”, argumenta Erika Kokay.



Roriz pode tornar-se inelegível até 2023

É o que diz a decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral na noite de 17/06. Por seis votos a um, os ministros decidiram que as regras da Ficha Limpa, lei de iniciativa popular, serão aplicadas já nas eleições de outubro. Candidatos que foram condenados por decisão de órgão colegiado, antes ou depois da aprovação da lei, tornam-se inelegíveis por oito anos depois da condenação.

Quem cometeu crime eleitoral nas eleições de 2006 também se torna inelegível, bem como aqueles que renunciaram de cargo eletivo para evitar a cassação. É esta última regra, disposta no artigo 1º, item “k”, da lei Ficha Limpa, que vem causando dor de cabeça a Joaquim Roriz.

Em 2007, ele renunciou ao cargo de senador, seis meses após assumir, para evitar uma possível cassação por quebra de decoro parlamentar. Roriz foi flagrado por uma escuta telefônica da Polícia Civil do DF, na Operação Aquarela, supostamente negociando a partilha de R\$ 2,2 milhões com o ex-presidente do BRB Tarcísio Franklin de Moura.

Os casos individuais serão decididos pelos tribunais regionais. No caso de Roriz, a decisão cabe ao Tribunal Regional Eleitoral do DF, o TRE-DF, no momento da inscrição da candidatura (cujo prazo máximo é 5 de julho). Dependendo da decisão, Roriz pode ficar impedido de se eleger até 2023, quando estará com 87 anos de idade.

O que é Brasília hoje

Durante a inauguração de Brasília, o então presidente JK pronunciou as seguintes palavras:

“Pesou, sobretudo, em meu ânimo, a certeza de que era chegado o momento de estabelecer o equilíbrio do País, promover o seu progresso harmônico, prevenir o perigo de uma excessiva desigualdade no desenvolvimento das diversas regiões brasileiras (...)”.

Comemorando seus 50 anos, Brasília mostra sinais de cansaço prematuro. Muito pouco daquilo que Juscelino vaticinou em sua oração sobreviveu à constante falta de cuidado ao qual Brasília esteve submetida desde sua fundação, principalmente da parte de seus dirigentes locais.

Devido à falta de planejamento, a mais jovem das grandes cidades brasileiras já apresenta problemas observáveis em cidades muito mais antigas, além de outros que são particulares do DF.

As vias amplas e harmônicas, dese-

nhadas por Lúcio Costa, não foram capazes de manter a harmonia do trânsito, que começa a se tornar lento e ineficaz. Em algumas pistas, como a EPTG, os engarrafamentos são diários. Tal coisa se deve principalmente à ineficácia do transporte coletivo, que é caro, sucateado e insuficiente. Como consequência, os brasilienses entopem as ruas com uma das maiores frotas de veículos do país, que chega a 2,3 pessoas para cada carro, segundo dados de 2009.

A situação do trânsito serve de termômetro para entender outras questões. O DF é a unidade da federação com maior PIB per capita, tendo chegado a R\$ 40.696 em 2009, duas vezes maior que a do segundo colocado, São Paulo, e mais de oito vezes maior que a do último, o Piauí. Cerca de 95% dessa renda vêm do setor de serviços, impulsionado basicamente pelo serviço público federal.

Entretanto, outros dados econômicos inspiram cuidados. A concentração de ren-

da no DF é a maior do país, segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do IBGE, de 2009. Enquanto o índice Gini médio do Brasil fica em 0,53, no DF esse indicador de desigualdade é de 0,62. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é a amostra. Os índices de desemprego no DF também são preocupantes. Segundo o Dieese, a taxa de desemprego no DF fechou 2009 em 15,8% da população economicamente ativa, enquanto a média nacional ficou em 7,1%.

Brasília permanece atraindo trabalhadores de todo o Brasil. Como consequência, o planejamento urbano inicial, concebido para 500 mil pessoas, há muito se esgotou. O Distrito Federal tem hoje cerca de 2,6 milhões de habitantes. Para acompanhar as transformações e os avanços sociais e econômicos verificados em âmbito nacional, a melhoria das condições de vida no DF dependerá em muito da eleição de um governo distrital atento às particularidades do local.

Os primórdios da Capital

Entre uma baforada e outra do cigarro, o velho candango, de pele escura e mãos calejadas, vai desfazendo as ideias presentes no imaginário dos brasilienses. “Eu fico indignado quando o povo me diz que em Brasília só tem político ladrão e filhinho de papai que toca fogo em índio. Quem fala isso é porque não estava aqui ralando com a gente, desde o início. Era greve o tempo todo, era arrocho, foi uma peleja danada pra erguer essa cidade. O povo daqui sempre foi de muita luta”, esclarece o trabalhador anônimo, numa conversa ocasional em um botequim da Vila Planalto.

A História sustenta a argumentação do candango. Desde sua fundação até o ano de 1986, os brasilienses não podiam sequer eleger representantes para o Congresso Nacional. Representação no poder Legislativo local então, nem pensar. As primeiras eleições para a Câmara Legislativa do DF (CLDF) acontecem somente em 1991, apesar de já em 1962 uma emenda constitucional dar autorização ao Senado para marcar



a data das eleições e criar a CLDF. Antes da criação da Câmara, as leis eram elaboradas e sancionadas pelo então prefeito do DF.

Até 1989, o DF era governado por prefeitos, indicados diretamente pela Presidência da República. A primeira eleição direta para governador do DF só ocorreu em 1990.

O reconhecimento institucional da polí-

tica brasiliense, entretanto, é só o capítulo mais recente de uma longa história de luta travada pela população da cidade, desde sua fundação. Num primeiro momento, as classes populares do DF se organizavam em prol da simples sobrevivência, numa época onde até mesmo o fornecimento de alimentos na capital era precário.

“Logo após a inauguração de Brasília, não havia um salário mínimo unificado no Brasil. O salário mínimo em Brasília era inferior ao pago no Rio de Janeiro e em São Paulo, por exemplo, e a situação era agravada pelo alto preço dos gêneros de primeira necessidade, cujo fornecimento era bastante irregular”, afirma Nair Bicalho, pesquisadora da UnB que realizou levantamentos sobre o movimento sindical e popular no início da ocupação do Distrito Federal.

“Por isso, no fim de 1961 as associações dos trabalhadores na construção civil e nos transportes encampam a luta pelo aumento do salário mínimo. Depois de várias assembleias e de uma passeata na Esplanada dos Ministérios que contou com a adesão de milhares de trabalhadores, o movimento consegue garantir a fixação do salário mínimo em Cr\$ 9.600”, complementa a pesquisadora.

Em junho de 1962, é a vez dos bancários entrarem em greve por melhores salários. A situação piora ainda mais com a indisponibilidade dos serviços bancários, de forma que várias categorias, inclusive os estudantes, declaram apoio à greve. O movimento culmina na chamada Passeata da Fome, na qual milhares de trabalhadores de todo o Distrito Federal se deslocam a pé, de vários pontos de Brasília, até a Esplanada dos Ministérios para protestar em solidariedade aos bancários.

“A lista de reivindicações da manifestação que gerou a passeata mostra a gama de problemas do Distrito Federal na época: falta de trabalho, produção de alimentos insuficiente, déficit de moradias. Até mesmo a demora na transferência das autarquias do Rio de Janeiro para Brasília era reivindicada pelo movimento. De fato, nos inícios da nova Capital, parlamentares da antiga UDN chegaram a organizar um movimento que reivindicava a volta da capital para o Rio de Janeiro”, lembra Nair Bicalho.

Com a paulatina transferência da administração pública para Brasília e o consequente aumento da população e o aquecimento econômico, o eixo dos problemas desloca-se. Desde então, a luta política no DF esteve focada na ocupação do espaço. Não são raros os caciques que consolidaram seu



DEIXAR ARRUDA COMO SECRETÁRIO DE OBRAS FOI COMO DEIXAR A RAPOSA CUIDANDO DO GALINHEIRO

Geraldo Magela

poder político e econômico através do controle do território, das mais diversas formas, desde a grilagem de terra e da criação de currais eleitorais até a especulação imobiliária.

Joaquim Roriz

Um nome chave para entender a política do DF de hoje é o de Joaquim Roriz. O Plano Piloto foi construído sobre uma fazenda, chamada Fazenda Bananal. Reza a anedota que, ao conhecer Roriz, o dono da tal fazenda teria dito: “Encontrei o capataz para a minha fazenda”.

Joaquim Domingos Roriz nasceu na cidade de Luziânia em 1936. Em 1968, elege-se como o vereador mais votado da cidade. Após eleger-se vice-governador de Goiás em 1986, é escolhido para governar a cidade de Goiânia, como interventor. É ainda durante a transição para o período democrático que, em 1988, Roriz deixa a prefeitura de Goiânia para tornar-se governador biônico do Distri-

to Federal, indicado pelo então Presidente da República, José Sarney.

De lá para cá foram muitas idas e vindas. Roriz foi governador do DF por quatro vezes, sendo que seu último mandato terminou em 2006. Ao longo de sua vida pública, Roriz construiu um patrimônio (declarado) de mais de R\$ 4 milhões e uma extensa ficha, que inclui um pouco de tudo, desde acusações de improbidade administrativa (em 2007 Roriz foi pego numa escuta telefônica supostamente dividindo R\$ 2,2 milhões com o então presidente do BRB, Tarcísio Franklin), até processos por racismo (durante um comício em 2002, Roriz chamou um espectador de “crioulo petista”).

Entretanto, a grilagem de terras é a modalidade na qual Roriz é mais citado. Em conjunto com os irmãos Passos, Roriz teria chefiado um grupo responsável por, como escreveu o jornalista Antônio Vital, “forjar documentos, ressuscitar mortos e vender terras da União”. Essas atividades foram investigadas por comissões de inquérito da Câmara Legislativa do DF e por ações do Ministério Público, tanto do DF quanto da União, registradas em fartas matérias jornalísticas.

Desde que foi criada, a Câmara Legislativa do DF realizou três CPI's para investigar a grilagem de terras no Distrito Federal. A CPI da Terra, de 1991, foi a primeira constituída pela casa, tendo por relator o petista Wasny de Roure. Agnelo Queiroz e Geraldo Magela, na época deputados distritais, também participaram das investigações. O relatório produzido ligava Roriz, então governador do DF, aos casos de desvio de finalidade das áreas administradas pela Fundação Zoobotânica de Brasília.

Tanto a CPI da Grilagem, de 1995, quando a CPI dos Condomínios, de 2001, tiveram como objeto de investigação a proliferação contínua de condomínios irregulares. E as conclusões de ambas foram bastante parecidas. Nos dois casos, Joaquim Roriz e os irmãos Passos (trupe da qual o deputado distrital Pedro Passos Jr. é o caçula) são apontados como chefes do principal grupo de grileiros do DF. Em depoimento à CPI de 1995, Pedro Passos admite ter grande amizade por Roriz, que seria retribuída mais tarde, em 1999, quando o “velho capataz” avaliza um empréstimo de um milhão de dólares, através do antigo Banco Bamerindus, para a construtora Bemvirá, dos irmãos Passos.

No dia 16 de junho, Pedro Passos foi condenado em primeira instância pelo

**A GRILAGEM DE
TERRAS É O CRIME
EM QUE RORIZ É
MAIS CITADO**



crime de parcelamento ilegal de terras. A história começa em 2002, quando Passos tentou criar um condomínio, intitulado Mansões Chácaras do Lago, no Lago Sul, em terras pertencentes à Terracap. A juíza da 1ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, responsável pela sentença, condenou Passos a quatro anos de prisão, além de uma multa de 15,3 mil reais. Passos já declarou que irá recorrer da decisão.

“Na análise da culpabilidade, o grau de reprovabilidade da conduta do réu é elevado, pois usou de influência política e econômica e das amizades que possuía com as autoridades locais, principalmente o então governador, Joaquim Roriz, para tentar obstar a fiscalização do Estado na área que era objeto de parcelamento irregular”, escreveu a juíza Rejane Teixeira na sentença. Curioso é que o processo do MPDFT tenha demorado oito anos para ser julgado em primeira instância.

Roriz e “suas cidades”

Roriz também foi responsável pela criação de várias “cidades” no DF. Talvez o caso mais emblemático seja o da Vila Roriz, um bairro de Planaltina legalizado pelo então governador. Além da vila que leva seu nome, Roriz foi responsável pela criação, em alguns casos, ou pela regulamentação em outros, das cidades de Recanto das Emas, São Sebastião, Itapoã e Vila Estrutural, esta última em 2006. Roriz tem entre os moradores dessas cidades sua principal base eleitoral.

A Vila Estrutural é exemplo do tipo de ocupação urbana apoiado por Roriz. A legalização da área não foi seguida por qualquer tipo de política pública efetiva visando à melhoria das condições de vida da população. Um grande número de pessoas continua sobrevivendo da coleta de lixo no

aterro sanitário em torno do qual a cidade cresceu, um dos maiores do DF.

As políticas de Roriz na Vila se restringiram a fomentar a ocupação, dado constatado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (Seduma), que registrou, entre 1991 e 2006, o aumento da população local de 91 famílias para 6.700, totalizando cerca de 35 mil pessoas.

A situação se repete em Itapoã, próxima ao Paranoá. A ocupação começou em 2001, com loteamentos irregulares em terras da União e da Terracap. Em 2005, Joaquim Roriz regulariza a área, que já contava na época com 40 mil habitantes, criando a Região Administrativa do Itapoã. Apesar de regularizada, a situação dos moradores permaneceu precária. Basta dizer que apenas 60% das residências tinham acesso ao sistema de limpeza urbana.

O boom dos condomínios

Nos últimos dez anos, o aumento vertiginoso do preço dos imóveis nas zonas centrais de Brasília tem impulsionado a criação de inúmeros condomínios particulares pelo DF. Segundo levantamento feito pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do GDF (Seduh), havia registro no DF, em 1991, de 130 loteamentos ilegais do solo. Em 2005, este número já havia subido para cerca de 700 loteamentos. Por coincidência ou não, o boom começa no mesmo ano do segundo mandato de Joaquim Roriz à frente do GDF (1991-1994).

Conforme noticiado na época, Roriz assinou vários acordos, a partir de 1994, para

a divisão amigável de terras em litígio. A divisão quase sempre era feita em benefício dos irmãos Passos, através de terceiros que funcionariam como “laranjas”, em prejuízo da Terracap. Um dos casos mais notórios é o da divisão das terras que formariam o Condomínio RK, próximo a Sobradinho.

O primeiro condomínio de origem ilegal que se tem conhecimento no DF foi feito a partir do loteamento da antiga Fazenda Taboquinha, que deu origem ao Condomínio Solar de Brasília, onde atualmente fica a RA do Jardim Botânico. O proprietário da área de 30 hectares era um servidor público, que em 1974 decidiu lotear a área de caráter rural e destiná-la, irregularmente, à ocupação

pelas moradias. Desde então, a prática se tornou recorrente no Distrito Federal.

“Durante o governo Arruda, a destinação de áreas rurais e de preservação ambiental para a especulação imobiliária foi institucionalizada, através da conturbada aprovação do novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot). A aprovação desse Plano Diretor foi a oficialização da ilegalidade, já que ele foi aprovado com vícios tanto de forma quanto de conteúdo. Para se ter uma ideia, foram feitas várias emendas ao Plano que sequer foram submetidas as audiências públicas”, afirma a deputada distrital Erika Kokay, que acompanhou o processo de elaboração do Pdot em 2009.

O aprendiz suplanta o mestre

O ano de 2006 marca uma mudança na política brasiliense. Neste ano, José Roberto Arruda é eleito governador pelo então PFL, hoje DEM, tendo por vice o bilionário empresário do ramo imobiliário Paulo Octávio.

“A eleição da dupla Arruda-PO representa uma mudança política por causa do tipo de base econômica e de apoio dos dois. Ao contrário de Roriz, Arruda e Paulo Octávio tinham um perfil mais empresarial, baseado principalmente em construção de grandes obras públicas, muitas vezes acompanhadas de investigações e suspeitas de irregularidades. O apoio político deles também é mais forte entre os setores empresariais e urbanos”, mostra Geraldo Magela, bancário e deputado federal petista.

Arruda iniciou sua vida política junto de Roriz, como chefe de gabinete do primeiro mandato de Roriz à frente do GDF, no fim dos anos 1980. Logo depois, Arruda foi promovido a secretário de Obras do GDF, cargo que ocupou entre 1991 e 1995. Passou pelo

Senado, onde renunciou após ser pego no escândalo da adulteração do painel de votação. Para chegar ao governo do DF, Arruda teve de enfrentar uma forte reação dos setores próximos a Roriz, que desejavam lançar a candidatura de Maria Abadia à reeleição.

“Deixar Arruda como Secretário de Obras é praticamente deixar a raposa tomar conta do galinheiro. Como secretário de Obras, ele foi responsável pela condução das obras do Metrô do DF, que ficaram embargadas durante anos, por suspeita de desvio de dinheiro”, relembra o deputado federal bancário Geraldo Magela.

“Durval Barbosa, que era apontado como o operador de vários esquemas de desvio de dinheiro no governo Roriz, se manteve como executor do propinoduto durante o governo Arruda, como ele próprio admitiu ao liberar os vídeos. E isso apesar da briga generalizada entre os dois grupos na época da eleição de 2006. Portanto, o que se deduz é que o esquema que provocou a queda de Arruda, quando descoberto, começou no governo Roriz”, avalia Rejane Pitanga, ex-presidenta da CUT-DF.

Paulo Octávio traz também o mesmo tipo de precedente. Conforme noticiado em veículos como o Estado de S. Paulo e a revista Época, o grupo empresarial de Paulo Octávio está envolvido também num rombo que pode chegar a R\$ 200 milhões à Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa. Em dezembro de 2009, cinco ações cíveis foram ajuizadas na justiça federal pelo procurador da República Carlos Henrique Martins Lima, baseado em investigações feitas pelo MPDFT.

A história remonta a 1997, quando da construção do Brasília Shopping, na Asa Norte. A obra foi tocada pelas empresas de P.O. em sociedade com a Funcef. Há vários indícios de que ex-diretores do Funcef autorizaram, na época, repasses às empresas do vice-governador “como estratégia para subtrair indevidamente recursos”, como afirma o Ministério Público. Em 19 de novembro do ano passado, o Grupo Paulo Octávio admitiu que o Funcef repassou mais dinheiro do que deveria.




DURVAL BARBOSA SE MANTEVE COMO EXECUTOR DO PROPINODUTO DE RORIZ DURANTE O GOVERNO ARRUDA, COMO ELE PRÓPRIO ADMITIU AO LIBERAR OS VÍDEOS

Rejane Pitanga

O poder dos eleitores para romper o ciclo

A primeira eleição de Roriz para o GDF, ainda em 1988, iniciou um ciclo de paternalismo e favorecimento do privado em detrimento do público, com todas as suas consequências nefastas para o DF. Esse ciclo, com breves interrupções, se mantém até hoje.

“A crise aberta com as denúncias do Durval só resultou na queda de Arruda por conta da mobilização dos atores sociais do DF. Isso mostrou para os moradores do DF que eles têm poder real de influenciar as decisões públicas, se organizados. Hoje, existe a possibilidade de romper com toda uma tradição muito negativa que prevalece na política do DF, uma vez que as pessoas passem a se entender como sujeitas da própria história”, conclui Erika Kokay. 





Pedro Tupinambá é economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), subseção do Sindicato dos Bancários de Brasília.

Falta de transparência da remuneração dos executivos **emerge** após crise

A turbulência de 2008, estritamente ligada aos comportamentos de risco assumidos pelos administradores das empresas, expôs a necessidade de regular as remunerações dos dirigentes



O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA SOBRE A REMUNERAÇÃO É RETOMADO COMO UM ELEMENTO IMPORTANTE NO CENÁRIO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

A polêmica sobre as elevadas remunerações dos executivos do sistema financeiro, enquanto dezenas de países sofriam os efeitos da crise econômica internacional, ganhou destaque na imprensa e trouxe à tona a necessidade de regulamentar o sistema financeiro e impor limites às políticas de remuneração nas empresas.

A definição de um novo marco regulatório no Brasil decorreu da falta de transparência nas políticas de remuneração, especialmente dos dirigentes (executivos) das instituições financeiras, tendo em vista que foram criados incentivos para a tomada de decisões de risco. Essas decisões implicaram num alto nível de alavancagem (relação entre o total dos investimentos e a capacidade de pagamento) dos bancos em todo o mundo e representaram uma das principais causas para a eclosão e difusão da crise internacional a partir de 2008.

As políticas de remuneração dos executivos em xeque

Com o reconhecimento de que a crise financeira internacional eclodida no quarto trimestre de 2008 esteve estritamente relacionada aos comportamentos de risco assumidos pelos administradores das maiores companhias nos Estados Unidos, veio à tona a necessidade de analisar aspectos não regulados

nas companhias de capital aberto, tais como as remunerações dos dirigentes (executivos).

Nesse aspecto, o princípio da transparência sobre a remuneração é retomado como um elemento importante no cenário dos órgãos reguladores, tornando-se, inclusive, uma tendência mundial. É um debate importantíssimo, tendo em vista que as distorções nas políticas de remuneração criaram incentivos para as aplicações financeiras de altos riscos e retornos, embora sem qualquer relação com a atividade produtiva.

O papel dos acionistas, reguladores e trabalhadores

Em geral, as políticas de remuneração aplicadas nas companhias brasileiras não permitem uma análise adequada sobre os incentivos da administração e nem dos riscos a que estão expostos os acionistas e os trabalhadores. Como forma de controlar a falta de transparência das empresas, sobretudo no que se refere à remuneração dos seus altos executivos, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a instrução normativa nº 480/2009. Essa instrução determina que as companhias informem, sem a identificação por nome, o maior salário, a média e o mínimo em cada um dos órgãos da administração. Trata-se de todas as informações contínuas que as companhias abertas precisam fornecer ao órgão regulador.

EM 2009 AS 50
MAIORES EMPRESAS
GASTARAM R\$ 2,7
MILHÕES COM
CADA DIRETOR

O princípio da transparência que deveria nortear as chamadas “boas práticas” da governança corporativa eram até então, em grande parte, de caráter voluntário, de iniciativa das próprias empresas e baseadas na regulação não-estatal, como as definidas no âmbito da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). Assim, a instrução normativa da CVM torna obrigatório o que se resumia a simples voluntarismo das companhias no caso da divulgação da remuneração dos administradores/executivos.

Esse debate reflete, de um lado, o conflito de interesses dos investidores pela transparência, e do outro, de grande parte dos altos escalões nas empresas em omitir informações consideradas aparentemente sigilosas. No entanto, além dos acionistas e dos executivos, como estariam inseridos os trabalhadores nesse embate? Trata-se de uma informação estratégica para o movimento sindical, sobretudo quando se explicitam as disparidades na remuneração entre os trabalhadores da base e os níveis hierárquicos mais altos das empresas.

Exemplos dessas distorções podem ser observados num levantamento do Valor Econômico com 197 companhias abertas, com destaque para as 50 empresas que

Ranking de remuneração das companhias abertas

Maiores gastos anuais médios com diretores estatutários (Em milhões R\$)

Posição	Empresa	Gasto anual em 2009
1º	Itaú Unibanco	7,923
2º	Vale	6,756
3º	Ambev	5,166
4º	Pão de Açúcar	4,767
5º	Lojas Renner	4,082
6º	Gol	4,024
7º	Gerdau	4,004
8º	BR Malls	3,817
9º	Globex	3,767
10º	Santander	3,690

Peso da parcela variável no total

Entre as 50 primeiras	56%
Demais empresas	29%


Gasto total médio anual com administração (R\$ mil)

Entre as 50 primeiras	29.861
Demais empresas	6.221

Fonte: CVM e Valor Econômico (26/04/2010).

tiveram o maior gasto médio por diretor. Em 2009, essas 50 maiores tiveram uma despesa média de R\$ 2,7 milhões com cada diretor e R\$ 29,8 milhões com diretoria e conselho, destaques para as empresas do segmento financeiro, com o Itaú Unibanco no topo do ranking (gasto médio em torno de R\$ 8,0 milhões com diretores estatutários) e o Santander na 10ª posição (R\$ 3,7 milhões).

Essa constatação revela que as companhias abertas atrelam as políticas de remuneração do corpo diretor ao desempenho das empresas no exercício, mas ao mesmo tempo reforçam as disparidades na remuneração entre os diversos níveis hierárquicos.

Em suma, a necessidade de transparência nas políticas de remuneração dos administradores interessa não somente aos acionistas e aos órgãos reguladores, mas também àqueles que estão diretamente envolvidos com os resultados das companhias, ou seja, os seus trabalhadores. Estes, por sinal, raramente dispõem de informações detalhadas sobre as políticas de remuneração das empresas, do mesmo modo em que estarão submetidos aos efeitos decorrentes das distorções acentuadas nas remunerações. 

“Cheque” usado em manifestações do movimento sindical bancário denuncia os altíssimos bônus pagos aos executivos



Desperdício de material, de alimento, de trabalho, de vidas...

→ JERÔNIMO CALORIO

Consumista e ainda com pouca consciência socioambiental, a população brasileira é uma das que mais continuam desperdiçando materiais e alimentos no mundo. Os resíduos produzidos por grande parcela da sociedade, considerados como lixos, provocam graves problemas e degradação à vida e sérias agressões ao meio ambiente.

As desigualdades sociais e os desperdícios da população, principalmente das classes privilegiadas, geraram um grupo social que, para sobreviver, explora o lixo, mesmo correndo sérios riscos de saúde. Tal situação provoca inquietações e a busca de soluções para criar e promover a consciência de consumo com menos desperdício, a coleta seletiva, o reaproveitamento de materiais e alimentos e a geração de emprego e renda, com condições dignas para quem atua com o lixo produzido pela sociedade. Há necessidade de implementar todas as formas possíveis para preservar o ambiente e assegurar vida saudável para a humanidade.

O Brasil produziu, só em 2009, cerca de 57 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos. A estimativa é do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, de 2009, estudo produzido

pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Essa quantidade é maior do que o lixo produzido pela União Européia inteira. Dessa quantia, 7 milhões nem chegaram a ser coletados e foram lançados na natureza, poluindo lagoas, rios e córregos, obstruindo bueiros e se deteriorando a céu aberto em áreas públicas e privadas. Dos outros 50 milhões coletados, apenas 57% foram encaminhados de forma adequada, tendo os outros 43% ido parar em lixões a céu aberto, usinas incineradoras e aterros.

Essas destinações geram sérios problemas ambientais. Jacques Penna, ex-presidente do Sindicato dos Bancários e ex-administrador regional de Samambaia, alerta para os perigos de contaminação da água, por exemplo. “O lixo enterrado gera chorume (líquido proveniente dos resíduos misturados), que



é tóxico e penetra os lençóis freáticos, poluindo rios e mares”, diz Penna.

Mas não são apenas as águas que sofrem com isso. A ideia de enterrar o lixo é que ele se desintegre com o passar dos anos. O problema é que alguns desses materiais levam milhares de anos para se decompor. Mesmo que esse tempo varie com a qualidade do solo, algumas estatísticas assustam: o plástico, por exemplo, pode levar até 450 anos. O vidro é pior ainda, chegando até a um milhão de anos para se decompor. A céu aberto, os lixões também são fontes de gases metano e sulfuroso, produzidos pela decomposição dos resíduos. Esses gases podem acarretar incêndios, explosões e contribuem para o efeito estufa na atmosfera.

O lixo pode, também, ser incinerado em usinas. Essa alternativa cara e poluente é adotada apenas quando não há outras opções. A queima do lixo traz problemas à saúde da população urbana e aos animais silvestres, com a liberação de gases tóxicos, além de contribuir para o aquecimento global.

Situação dos lixões

A alternativa mais utilizada são os lixões a céu aberto, embora seja a pior forma de trabalhar os resíduos. Não só por oferecer graves riscos à saúde pública, mas também por explorar trabalhadores que vivem como catadores – e assim realizam coleta seletiva – e que se submetem a condições subumanas de trabalho, sem quaisquer garantias.

Além de não terem sua situação de trabalho regularizada, os trabalhadores de aterros convivem com riscos para a saúde pelas situações do cotidiano, como os atropelamentos e mutilações pelos tratores que operam no lixão, o



desgaste físico por terem que trabalhar em baixo do sol de cócoras, além de infecções e doenças graves – como a leptospirose, que vem da urina do rato. “Muitos catadores se cortam com agulhas, por exemplo”, diz Jaqueline Souza, presidente da cooperativa de coleta seletiva Reciclo. “Ultimamente temos tido problemas com dengue, pela falta de condições do trabalho”.

Alguns catadores trabalham de forma independente pelas ruas, coletando papelões e latas que são jogados nas vias e calçadas, mas principalmente em locais onde estão acontecendo eventos como shows e feiras. São muito comuns, identificados por sempre estarem empurrando carrinhos de supermercado ou tocando carroças.

Tratar do lixo é mais do que saber para onde destiná-lo: é dar condições para quem trabalha com isso. O catador necessita ter proteção, trabalhar com esteira e de políticas públicas para que a coleta seletiva comece nos lares. É o que diz Ronei Alves, presiden-

te da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop). “O trabalho das cooperativas não é só um esforço para garantir a sustentabilidade da coleta, mas de dar direitos básicos aos catadores, como educação, saúde e direitos trabalhistas formais”, diz ele. “É aqui o espaço no qual podemos nos organizar para reivindicar esses direitos”. Hoje os catadores do DF conseguem retirar por mês mais de 4 mil toneladas de lixo que retornam à indústria.

Algumas políticas públicas, como a lei que prevê a destinação do material proveniente de órgãos públicos federais aos catadores, são vistas como conquistas de direitos. Isso, no entanto, dá margem para o surgimento de cooperativas “apadrinhadas” por parlamentares com o objetivo de formar curras eleitorais. São as chamadas “cooper-gatos”. “Essas cooperativas não são bem-vindas, pois não queremos nada atrelada a compromissos políticos; queremos trabalhar”, diz Ronei.





O modelo ideal

O Estado não investe recursos públicos em educação e execução da coleta seletiva. Pior: deixa de ganhar R\$ 4,6 bilhões anualmente por não reciclar tudo o que deveria. O resultado são os empresários ganhando R\$ 17,6 bi com o tratamento do lixo, sendo 36% desses recursos destinados apenas à coleta.

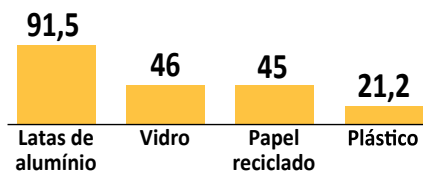
A forma correta de coleta começaria nas casas. Os resíduos seriam selecionados pelos próprios consumidores, dando início ao processo de triagem, que consiste na separação do lixo. Não misturar lixo orgânico com lixo seco, evitar ao máximo o uso de descartáveis – como sacolas e copos plásticos, e colocar o lixo em local de fácil coleta

dos caminhões são algumas formas de evitar os desperdícios. Além, é claro, de reduzirmos o consumo de produtos industrializados pois uma pessoa pode chegar a produzir durante toda a sua vida 7 toneladas de lixo.

O material reutilizável, como plásticos, metais, derivados de celulose – como papel e papelão e vidro seriam devolvidos às indústrias em forma de matéria prima. O lixo orgânico seria utilizado como adubo na fertilização de plantações.

Além disso, os catadores teriam os itens de proteção adequados, como botas, roupas compridas e máscaras. Fariam a coleta em grandes galpões, protegidos do sol, e com

Taxa de reciclagem dos materiais no Brasil Em %



esteiras para não precisarem ficar se agachando. O trabalho seria regulamentado de modo a garantir direitos trabalhistas. Isso possibilitaria jornada de trabalho de seis horas, existindo tempo para que os catadores possam estudar também.

Sindicato solidário e contribuição para qualidade de vida

O Sindicato dos Bancários também tem como prioridade a defesa do meio ambiente. A luta por qualidade de vida não é só por salários e condições de trabalho da categoria. Implica também o nosso envolvimento na defesa dos recursos naturais, do ar que respiramos, da água que bebemos, enfim do planeta em que vivemos. “É uma luta que envolve toda a classe trabalhadora contra os que exploram a natureza e o trabalho e em favor de políticas públicas que defendam o meio ambiente e promovam o bem-estar do trabalhador e da sociedade”, diz Rafael Zanon, diretor do Sindicato.

Com tal postura de responsabilidade socioambiental, o Sindicato decidiu há 14 meses passar a produzir todos os seus

informativos - jornais, panfletos, revista, agenda - apenas com papel reciclado. “Desde então, foram usadas cerca 16 toneladas de papel reaproveitado, o que significa a preservação, nesse período, de uma floresta composta por mais de 400 árvores que seriam usadas na produção de papel”, calcula Eustáquio Ribeiro, secretário de Imprensa.

Consciente do desperdício, o Sindicato implantará em breve lixeiras seletivas, dando o destino correto e adequado a cada tipo de lixo, facilitando o trabalho de catadores e recicladores.

O Sindicato promoveu ação no ano passado no sentido de contribuir, por meio da qualificação profissional, para a inclusão social de catadores e seus familiares. “A Secretaria de

Cultura do Sindicato organizou e ofereceu cursos de iluminação cênica, eletricidade e cenotécnica a 17 jovens em parceria com a Reciclo (cooperativa de catadores de lixo). Os cursos ocorreram entre os dias 7 e 15 de dezembro de 2009. O objetivo foi oferecer condições para que esses jovens tenham oportunidades de trabalho que os afastem dos males dos lixos”, diz Garcia Rocha, secretário de Cultura.

O Sindicato já trocou interruptores convencionais por sensores de movimento, propiciando uma economia de um quinto dos gastos de energia elétrica. A entidade substituiu ainda nos banheiros as torneiras por válvulas automáticas, que economizaram 35% do total de água gasta. A economia de luz e de água e a importância disso são uma outra história...

Quando a relação de trabalho vira violência perversa

O assédio moral nos bancos mostra sua face a cada dia. No combate aos mecanismos que estimulam essa violência, o movimento sindical programa estratégias para tentar mudar as relações adversas de trabalho, bem como impedir e punir assediadores

→ THAÍS ROHRER

O profissional assediado moralmente nunca mais é o mesmo. Os problemas psicológicos e físicos ficam marcados durante toda a vida do trabalhador.

Assim aconteceu com a funcionária do Banco do Brasil que foi assediada sistematicamente durante anos. Ela descobriu uma falcatura na unidade em que trabalhava e começou a ser perseguida pelo superior por causa do fato. Chegou ao ponto de ser transferida e perder a função.

Foram muitos os percalços. Superou-os com coragem até conseguir denunciar o desvio de dinheiro. “Depois da denúncia eu não consegui dormir durante os 15 primeiros dias. Nesse período fiquei de licença-médica e o pessoal dos recursos humanos me ligando para tomar posse como posto efetivo, assim eu perderia a comissão. Ainda bem que o Sindicato me orientou a não ceder, ainda mais porque meu salário diminuiria 200%”, conta Maria*.

Desde a denúncia, a vida da funcionária se transformou em um turbilhão de problemas. Recebia ameaças constantemente e até tentaram sua demissão por justa causa. Depois de alguns meses, o desvio de dinheiro ficou comprovado e a bancária voltou a trabalhar. Mesmo assim, a situação não melhorou. A nova chefia relutou em devolver a função comissionada. A bancária sentia rejeição até por parte dos colegas de trabalho, devido ao fato de ter ficado licenciada durante um período.

O movimento sindical e os trabalhadores

lutam para que situações desse tipo não aconteçam mais. O Banco do Brasil se comprometeu no Acordo Aditivo do BB 2009/2010 a implementar um Programa de Gestão de Ética com ações de combate ao assédio moral e de outros eventuais desvios comportamentais.

Na prática a Gestão de Ética deve funcionar com um Comitê Superior e vários comitês regionais. O Comitê de Ética Nacional vai funcionar a partir da gerência de Divisão dentro da Vipes/Diref. Essa gerência está criando normativos e treinamentos específicos para os empregados que vão compor os comitês regionais. O prazo para criação dos normativos termina no dia 31 de agosto. Cada comitê regional contará com cinco integrantes: quatro indicados por gerências regionais (Gepes, Super, Ajure e CSL/CSO) e um eleito pelos funcionários com o acompanhamento dos sindicatos.

“
ACHO QUE UM DOS EFEITOS MAIS DEVASTADORES DO ASSÉDIO MORAL É A PERDA DA AUTO-ESTIMA, E UM SER HUMANO SEM ISSO NÃO É NADA

Maria*

* Nome fictício.

Os casos de denúncias de assédio serão analisados no Comitê de Ética Nacional e/ou comitês de éticas regionais após a conclusão do processo normativo. “Os representantes do funcionalismo reivindicaram que o processo eleitoral tenha o formato equivalente aos da eleição de Cipas”, afirma Eduardo Araújo, coordenador da Comissão de Empresa dos funcionários do BB.

Maria analisa os comitês de ética como uma oportunidade de avanços e combate às atitudes de violência moral no ambiente de trabalho. “Toda a situação de assédio, que continuou por muitos anos, mesmo mudando de local de trabalho, trouxe consequências irreversíveis em minha vida. Hoje tenho acompanhamento com o psiquiatra, tomo remédio tarja preta, tenho síndrome do pânico e faço fisioterapia cardiorrespiratória”, explica.

As limitações na vida da bancária chegaram aos aspectos físicos, mentais e no relacionamento com a família e amigos. “Os poucos amigos que restaram fogem de você. A família aguenta o seu problema no início, mas depois cansa porque você fica dependente. Eu não consigo dirigir e não posso ficar em um ambiente com muita gente. Hoje, cada dia que passo bem é uma vitória, cada situação simples é uma conquista. Coisas banais para a maioria das pessoas são avanços para mim, como ir ao cinema, andar de salto-alto”, conta.

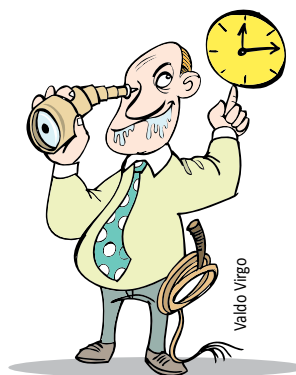
O sofrimento e a violência moral sofridos no trabalho geraram até a perda da capacidade no trabalho. Maria acredita que seu desempenho baixou em 70%. “Acho que um dos efeitos mais devastadores do assédio moral é a perda da auto-estima e um ser humano sem isso não é nada”, lamenta.

No Distrito Federal o BRB foi o primeiro a incluir uma cláusula no acordo para apurar os casos de assédio moral. Ele incluiu o tema no Acordo Coletivo de Trabalho em 2003. Os fatos relativos aos funcionários do BRB são encaminhados para o Comitê Disciplinar que tem um representante dos trabalhadores. O Banco do Brasil e a Caixa só acrescentaram os programas para analisar os casos de violência moral no local de trabalho em 2009. Os comitês terão representantes eleitos pelos trabalhadores, mas ainda não foram instituídos.

* Nomes fictícios.

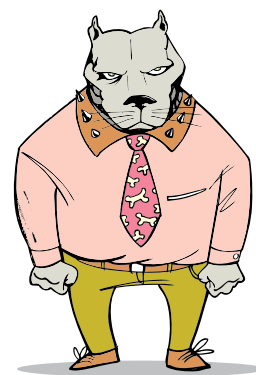
Os vários tipos de assediador

O perfil do assediador também varia, prevalecendo a agressão do chefe ao subordinado. Existe desde o tipo para quem demitir é “grande realização”, conhecido como “profeta”, até aquele cujo traço é marcado por ordens confusas e contraditórias, chamado de “Tassea” (“Tá se achando”). Outros perfis também já foram identificados, de acordo com observações levantadas por pesquisadores entre os trabalhadores:



Mala babão

Uma versão do capataz moderno, que controla e persegue os subordinados



Pit Bull

Humilha os subordinados por prazer. É agressivo e violento

Situação emperrada na Caixa

A Caixa já tem comitês de ética, mas sem a participação dos trabalhadores. Eles são constituídos por comitês disciplinares regionais e uma comissão de apuração. Para garantir a voz e independência aos trabalhadores, o movimento sindical arrancou no último acordo com a empresa a instalação dos Comitês Regionais de Mediação de Conflitos no Trabalho, independentes do já existente.

A cláusula 42 do acordo aditivo estabelece que o regimento e funcionamento desses novos comitês serão discutidos na mesa permanente de negociação. “Ainda não avançamos na criação dos comitês. Vamos cobrar do banco”, afirma Jair Pedro Ferreira, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE-Caixa).

A previsão é que os Comitês Regionais de Mediação de Conflitos no Trabalho sejam divididos em cinco regionais: Nordeste, Centro-Norte, Sul, São Paulo e a última que compõe Brasília, Goiás, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os comitês devem ter três representantes, dois indicados pela Caixa e um eleito.

Os Comitês Regionais são formas de combater as situações de assédio e violência moral no ambiente de trabalho. São situações como a de Joaquim*, que sentiu o gosto amargo do assédio. Ele veio transferido para uma unidade em Brasília e começou a ser ameaçado e humilhado pelos superiores no ambiente de trabalho durante vários meses.

Os apelidos e as piadas não denegriram só a imagem do empregado da Caixa, mas chegaram a atingir a família do bancário. As situações eram contínuas e o tratamen-



SÓ QUEM SOFRE OS TRAUMAS É QUE SABE A DIMENSÃO DO ESTRAGO

Joaquim*

to diferenciado ocorria durante as reuniões de trabalho e na distribuição de tarefas. “Só quem sofre os traumas é que sabe a dimensão do estrago. Eu comecei a ficar agressivo e a me isolar”, comenta Joaquim.

Todos os colegas do setor foram promovidos, com exceção dele. Diante da situação que persistia o bancário resolveu denunciar. A chefe da agência já tinha um histórico de assédio e foi punida com a transferência e a perda da comissão. “O que aconteceu comigo não é comum. No meu caso foi fácil comprovar porque eu tinha provas e testemunhas. São inúmeros os casos que ficam sem uma solução. O nosso direito não pode ser negligenciado. Temos a legislação a nosso favor e eu aconselho a todos que não tenham medo”, recomenda o bancário.

Apesar da transferência e da punição dos assediadores de Joaquim* ele não foi promovido durante os cinco anos em que esteve no local, mesmo melhorando a qualificação e a formação acadêmica. Atualmente ele pediu transferência para uma cidade fora do Distrito Federal.



Troglodita
É aquele que sempre tem razão



Garganta
Vive contando vantagens e não admite que seus subordinados saibam mais que ele



Tigrão
Quer ser temido para esconder sua incapacidade e necessita de público para sentir-se respeitado

Justiça ao lado do **trabalhador**

A batalha contra o assédio moral teve resultados no campo jurídico com importante participação do movimento sindical. Diversas ações individuais foram impetradas e o BB é um dos bancos que estão pagando somas vultosas em indenizações.

Devido ao número de ações na Justiça, o Ministério Público do Trabalho de Brasília entrou com uma ação civil pública exigindo que a empresa implementasse políticas de combate à prática.

O juiz Paulo Henrique Blair, da 3ª turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª região, condenou o Banco do Brasil a pagar indenização de R\$ 200 mil, mais correção monetária e juros, “pelos danos morais” causados a um analista da Diretoria de Risco, descomissionado em março de 2007 em represália por ter entrado na Justiça para reclamar o pagamento da 7ª e 8ª horas.

A Justiça também determinou que o BB incorporasse a comissão ao salário mais o pagamento da 7ª e 8ª horas ao analista. A sentença afirma que a ilicitude de tal moti-

vação foi corroborada pelas declarações do gestor no local de trabalho, já que em uma reunião com os empregados do setor foi relatado aos demais os fatos que levaram ao descomissionamento imediato do autor e de outros dois empregados, bem como a realocação dos mesmos em outro setor do banco. O assediador comentou ainda que a decisão foi tomada pelo Comitê da Diretoria de Riscos para evitar ‘risco de contaminação’ dos demais empregados do setor.

O descomissionamento foi feito publicamente, durante uma reunião com todos os funcionários. O chefe ainda ameaçou os trabalhadores do local dizendo que adotaria punição semelhante aos que entrassem com ações trabalhistas.

Orientados pelo Sindicato a defenderem seus direitos, os três analistas mantiveram a ação judicial. A Justiça do Trabalho ordenou que o BB devolvesse a comissão aos três descomissionados.

“Começamos avançar em alguns aspectos, mas a comprovação dos casos de assédio moral é complicada. A maioria dos assediadores não deixa a prova do crime, muitos gestores chamam para conversas reservadas. Para entrar com uma ação é importantíssimo a comprovação dos fatos por meio de gravações e testemunhas”, salienta Paulo Roberto, assessor jurídico do Sindicato.

Os bancários sindicalizados que têm dúvidas sobre o assédio moral ou que desejam entrar com ações judiciais podem entrar em contato com a assessoria jurídica oferecida pelo Sindicato. Mais informações pelo telefone de atendimento: 3262-9090.



O que caracteriza o assédio moral

Assédio em um local de trabalho é um conjunto de condutas abusivas manifestadas, com persistência e continuidade, sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos e escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, por em perigo seu emprego ou degradação no ambiente de trabalho.

Observe algumas atitudes utilizadas pelo assediador com as vítimas:

- Escolher a vítima e a isolar do grupo;
- Impedir a vítima de se expressar, não explicando o porquê;
- Fragilizar, ridicularizar, inferiorizar e menosprezar a vítima em frente aos pares;
- Culpabilizá-la ou responsabilizá-la publicamente, podendo utilizar comentários à sua incapacidade e invadir seu espaço familiar;
- Desestabilizá-la emocional e profissionalmente, fazendo com que a vítima perca sua autoconfiança e seu interesse pelo trabalho.

Fonte: Assédio Moral – Marie France Hirigoyen



Trabalhadores preocupados com o assédio moral

A pesquisa realizada pelo Sindicato e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) a respeito das perspectivas da categoria para a Campanha Nacional 2010 mostra que o assédio moral é um preocupação desses trabalhadores. No DF, 65,5% dos empregados de bancos públicos, privados, cooperativas e financeiras que responderam ao questionário querem mais ações de combate ao assédio moral.

NO DF, 65,5% DOS TRABALHADORES QUEREM AÇÕES DE COMBATE AO ASSÉDIO MORAL

A regulamentação do artigo 192 da Constituição, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional, está na mira do movimento sindical bancário. Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional, com a participação dos trabalhadores, é um dos principais objetivos



A culpa é do (atual) sistema

→ RENATO ALVES

O Banco Central (BC) anunciou em junho o aumento da taxa básica de juros, a Selic, em 0,75 ponto percentual, passando de 9,50% para 10,25% ao ano. Em abril, o BC já havia elevado a Selic de 8,75% para 9,50% a.a., dando início a um novo ciclo de alta dos juros, dois anos depois.

De pronto, como é de praxe, as centrais sindicais saíram a público, condenando veementemente a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, que classificaram de conservadora. O argumento, consenso tanto entre os trabalhadores quanto entre os patrões, é o de que o aumento da taxa básica de juros configura um entrave ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Valdo Virgo

“Desestimular os investimentos produtivos e prejudicar fortemente as contas públicas. Foi isso que o Conselho de Política Monetária fez. Mereceriam elogios por causa disso? De nossa parte, certamente não. Trata-se claramente de uma política assistencialista para banqueiros”, declarou em nota o presidente nacional da CUT, Artur Henrique.

O fato é que o aumento da taxa Selic volta a reacender a discussão sobre o papel das instituições financeiras no Brasil. A questão passa pelo que se chama tecnicamente de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal (CF), que versa sobre o Sistema Financeiro Nacional (SFN). O texto afirma, conforme redação da Emenda Constitucional de 2003, que o SFN deve ser “estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem”.

A afirmação do presidente nacional da CUT de que a decisão do BC serve a uma política assistencialista para banqueiros não é gratuita. Só para se ter uma ideia de como ela afeta a vida de milhões de pessoas e por que se faz necessária a regulação do SFN, basta saber, para ficar apenas em alguns exemplos, que a Selic faz a diferença no juro que pagamos no cheque especial, no crediário, nos cartões de crédito. De que forma?

É um efeito cascata. A Selic determina com qual taxa de juros o governo vai remunerar quem empresta a ele. Com essa taxa em alta, as instituições financeiras “optam” por emprestar dinheiro ao governo. É mais vantajoso. Se está baixa, compensa para os bancos emprestar para o mercado em geral, empresas e pessoas físicas. Resumo da ópera: em caso de Selic elevada, haverá menos dinheiro na praça para ser emprestado para empresas e pessoas, pois os bancos estão ganhando emprestando para o governo.

Mas os bancos, de forma abusiva e irresponsável, se aproveitam desse cenário para engodar sua rentabilidade. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Carlos



HÁ 20 ANOS, O QUE OS BANCOS ARRECADAVAM COM TARIFAS COBRIA 30% DA FOLHA DE PAGAMENTO. HOJE ESSE ÍNDICE CHEGA A 200%

Carlos Cordeiro

Cordeiro, explica como a atual política praticada pelos bancos, voltada somente para o lucro, sem qualquer tipo de controle externo e passando por cima de direitos e garantias trabalhistas, é um ótimo negócio – mas só para os acionistas. “Há cerca de 20 anos, o que os bancos ganhavam com a cobrança de tarifas e taxas bancárias cobria algo em torno de 30% de sua folha de pessoal. Hoje, com a diminuição do imposto inflacionário, esse lucro com as tarifas chega a ser de 200% em relação à folha de pagamento”, destaca Cordeiro.

Segundo estudo encomendado pelo Sindicato ao Dieese em 2006, em 1994 os bancos cobriam 26% do total das despesas de pessoal com a soma de todas as receitas de prestação de serviços. Em 2005, a cobertura da folha com cobrança de tarifas subiu para 113,9%. Em valores, a receita das instituições bancárias com tarifas aumentou R\$ 35 bilhões em 12 anos - de R\$ 6 bilhões, em 1994, para R\$ 41 bilhões, em 2005.

Quatro anos depois, outro levantamento do Dieese mostra que a situação pouco

mudou. Embora registrando variação negativa, as receitas auferidas entre janeiro e julho de 2009 (ainda sob reflexos da crise financeira mundial) pelo banco Santander cobrem em 151,95% a folha de pagamento, ante 195,28% verificados no mesmo período do ano de 2008. O segundo lugar vai para o Bradesco, que praticamente manteve os ganhos com serviços, cobrindo, no primeiro semestre de 2008, em 151,58% a folha de pagamento com as receitas de tarifas, sendo que nos seis primeiros meses de 2009 o índice era de 151,54%.

O lucro do Bradesco também mostra como é perversa a cobrança de tarifas e como, aliada aos juros extorsivos, ela contribui para engordar ainda mais o seu caixa. Conforme divulgado recentemente à imprensa, a rentabilidade do Bradesco é composta de quatro partes: os juros recebidos pela concessão de crédito, o retorno dos títulos públicos por ele comprados, a receita da prestação de serviços (como taxas e tarifas) e os cartões de crédito. O impressionante é que só 25% de todo o lucro era obtido pela via do empréstimo com cobrança de juros, a denominada intermediação financeira, a tarefa por excelência dos bancos.

Para o movimento sindical bancário, esse descompasso entre o que prega o artigo 192 da Constituição e a prática do mercado, apesar de grave, tem uma explicação relativamente simples: mesmo sólido e bem estruturado, o sistema financeiro nacional não vem cumprindo seu principal objetivo, que é o de estar a serviço do desenvolvimento nacional.

Mas o que significa estar a serviço do desenvolvimento nacional? Se a explicação é simples, a proposta para uma solução a contento esbarra numa série de percalços. De acordo com o secretário-geral do Sindicato, André Nepomuceno, o problema da política praticada pelos bancos está exatamente nos juros altos, nas tarifas e taxas exorbitantes, na pouca oferta de crédito, na inacessibilidade aos serviços bancários por parte da população pobre e na falta de investimentos, para ficar apenas com alguns pontos.

“Os bancos precisam de rédeas. A alta concentração bancária, que centraliza o setor, dificulta muito esse processo de tornar o sistema financeiro mais cidadão, com investimentos em infraestrutura, geração de emprego e distribuição de renda. É preciso sair do foco do capital rentista”, explica Nepomuceno. “Mas sabemos que será uma tarefa árdua”.

O PL DOS BANCÁRIOS QUE REGULAMENTA O SFN FOI ARQUIVADO NO INÍCIO DE 2010

A mão invisível do mercado

Para ter uma visão completa desse tabuleiro, é preciso ter em mente que o que está por trás do embate entre o movimento sindical e os defensores da livre iniciativa no contexto da regulação do artigo 192 da CF são dois projetos políticos e de desenvolvimento do país completamente antagônicos.

Ao contrário do Estado mínimo defendido pelos seguidores do neoliberalismo, doutrina econômica que tem como cláusula pétrea a absoluta liberdade de atuação do mercado e a restrição à intervenção do Estado na economia, do lado dos trabalhadores há a defesa aguerrida de um Estado cada vez mais forte e atuante como gestor.

Essa visão de que, sim, cabe ao Estado regular o mercado e não o contrário ganhou força em função de episódios recentes da história econômica. A prova incontestável, contudo, de que a “mão invisível do mercado” precisa de atadura ficou evidente com a crise econômica mundial de 2008, a chamada crise do subprime.

Desencadeada na verdade dois anos antes, em 2006, como resultado da quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos, que concediam empréstimos hipotecários de alto risco, arrastando vários bancos para uma situação de insolvência e repercutindo fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo, a crise do subprime veio à tona a partir de 2007, culminando na turbulência econômica do final de 2008. Em tempos de globalização, a reação obviamente se deu em cadeia – em escala mundial, num efeito dominó que atingiu outras grandes instituições financeiras em todo o mundo.

De fato, a crise expôs o que o movimento sindical denunciava há tempos, mas que era blindado pelos neoliberais: a fragilidade do sistema financeiro internacional e a necessidade de um marco legal de controle da ciranda que ele se tornou.

No Brasil, ficou patente que a atuação dos bancos públicos foi decisiva para conter o contágio da crise. Não fossem Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste (BNB), Banco Nacional de De-



OS BANCOS PRECISAM DE RÉDEAS E VOLTAR SUA ATUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

André Nepomuceno

envolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco da Amazônia (Basa) garantirem financiamentos e os seus efeitos seriam ainda mais devastadores. Em recente seminário realizado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo sobre o SFN, o deputado federal e bancário Ricardo Berzoini foi categórico ao afirmar que a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do BNDES, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além do crédito consignado, foi fundamental para fazer o crédito circular e resultar em investimentos, num dos momentos em que o país mais precisava.

“Os bancos públicos têm função pública importante e podem ter muito mais”, frisou Berzoini. “Bancos como o do Brasil e a Caixa Econômica podem fazer concorrência mais direta ao setor privado. Apesar

das limitações de capital e de estrutura física, isso pode ser feito gradualmente, crescendo com os resultados.”

A mão visível de deputados

Contudo, mesmo com todas as evidências em contrário, há quem ainda se coloque contra uma política intervencionista por parte do Estado, como bem atesta Projeto de Lei do senador Antônio Carlos Magalhães Jr. (DEM-BA).

De cunho altamente liberal e contrário às propostas do Projeto de Lei elaborado pela antiga Confederação Nacional dos Bancários (CNB), hoje Contraf-CUT, o texto do senador assegura, entre outras questões, a total autonomia ao Banco Central e a manutenção da atual composição do Conselho Monetário Nacional (CMN), com a representação com voto apenas dos Ministros da Fazenda, Planejamento e Presidente do BC. Estabelece mandatos fixos para os diretores do BC, não coincidentes com o do presidente da República, dentre outros pontos. Atualmente, o projeto se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, sob relatoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Bandeira histórica

A luta do movimento sindical por um sistema financeiro estruturado realmente de modo a promover o crescimento do país – o que significa expansão da economia com desenvolvimento e inclusão social – remonta ainda à década de 1990, quando a então CNB deflagrou um movimento nacional que culminou com o Projeto de Lei (PL) levado ao Congresso Nacional em 1992 e atualizado em 2003. E arquivado no início de 2010.

No Brasil, atualmente, o sistema financeiro nacional é constituído por instituições que dão suporte às relações financeiras. Sua instância decisória é composta pelo Ministro da Fazenda, pelo presidente do Banco Central e pelo ministro do Planejamento.

O que os bancários defendem, e isso consta no projeto de lei da antiga CNB, é a ampliação da composição do CMN, com a participação de entidades representativas da sociedade civil, dos setores produtivos e dos trabalhadores. “As decisões tomadas pelo CMN são decisões que afetam toda a sociedade, de modo que não podem ficar nas mãos de um pequeno grupo”, frisa o pre-

BANCÁRIOS
DEFENDEM A
AMPLIAÇÃO DA
COMPOSIÇÃO
DO CMN

sidente do Sindicato, Rodrigo Britto, defendendo que os integrantes do CMN passem a prestar contas ao Congresso Nacional.

A meta é sistematizada inclusive na Plataforma da CUT para as eleições 2010, lançada emblematicamente no último 1º de Maio, e na Agenda da Classe Trabalhadora, aprovada em assembleia que encerrou a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em São Paulo no dia 1º de junho. Como o próprio nome indica, tanto a Plataforma quanto a Agenda reúnem uma série de propostas de reivindicações elaboradas pelos trabalhadores com o propósito principal de colocar o país para trilhar o que eles chamam de “caminho do desenvolvimento”.

De modo geral, as propostas giram em torno de redução dos juros em todas as modalidades de empréstimos, a redução da alta lucratividade do sistema bancário e dos rentistas e a menor transferência de renda de pessoas e empresas para os que se apropriam dos ganhos financeiros, além da implantação de políticas monetária e fiscal compatíveis com metas sociais de crescimento econômico, valorização do trabalho e distribuição de renda.

“São metas que compõem a agenda de lutas do movimento sindical para o próximo período e para a qual esperamos contar com o amplo apoio da sociedade”, convoca o presidente do Sindicato, Rodrigo Britto.

O que é a taxa Selic


A taxa Selic é um índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil. É a taxa básica utilizada como referência pela política monetária. A taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), expressa na forma anual, é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no Selic, na forma de operações compromissadas. É divulgada pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

- Influi no valor dos juros cobrados no mercado
- Esfria economias muito aquecidas e aquece as que estão esfriando
- É usada como instrumento para controlar a inflação
- Atrai ou repele capital estrangeiro que busca ganho com juro
- Tem participação na cotação de moedas estrangeiras
- Influi no rendimento de aplicações de renda fixa
- Suas mudanças são determinadas pelo Copom, comitê com integrantes do Banco Central



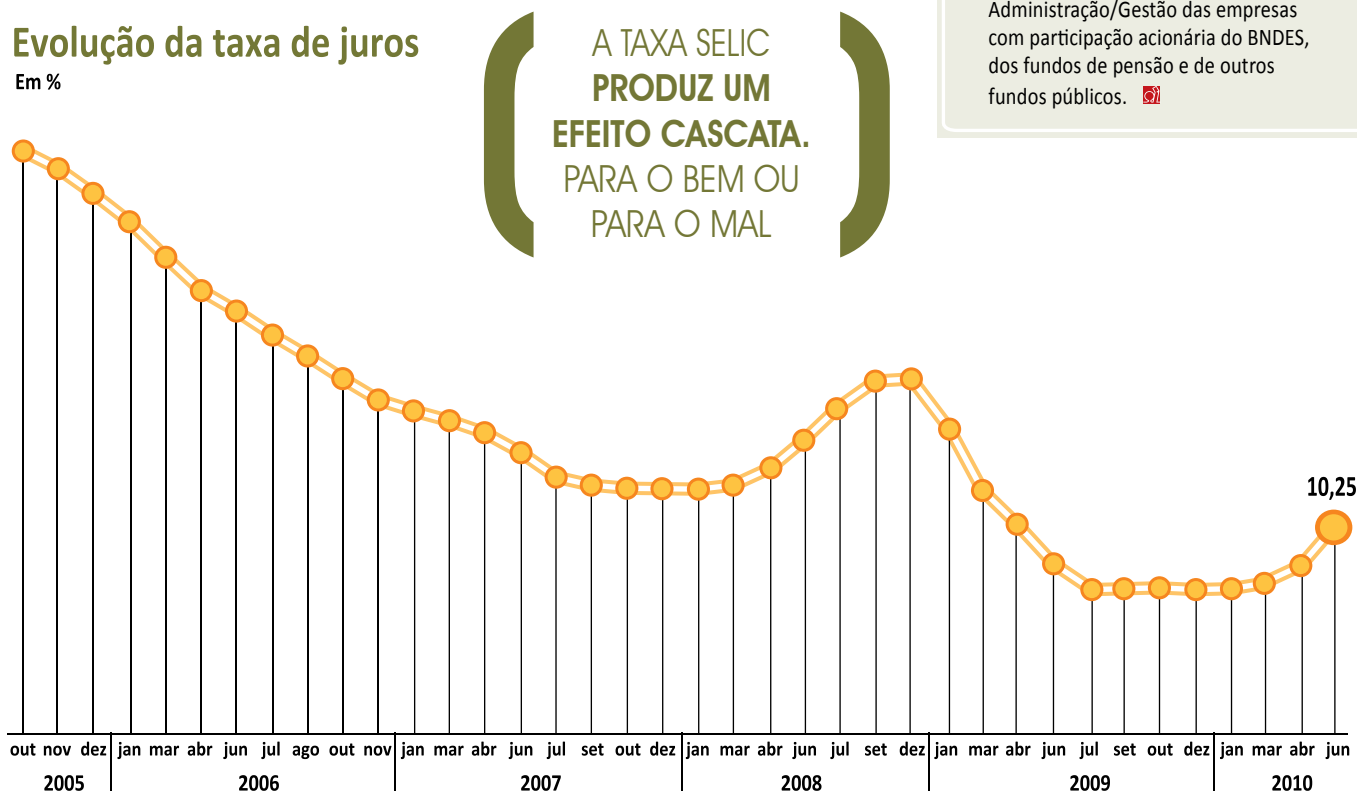
O que os trabalhadores reivindicam

Entre as reivindicações constantes da Plataforma da CUT para as eleições 2010 relativos ao sistema financeiro estão:

- Assegurar um Sistema Financeiro Nacional voltado para a promoção do desenvolvimento social e econômico do Brasil
- Regular o Artigo 192 da Constituição Federal, com a democratização e controle social do Sistema Financeiro Nacional
- Estabelecer contrapartidas sociais e ambientais em todos os investimentos e financiamentos dos bancos públicos
- Normatizar a atuação dos bancos públicos e de sua relevância econômica e social, ao lado do progressivo desenvolvimento de controles democráticos da sociedade sobre os bancos
- Garantir a participação dos trabalhadores no Conselho de Administração/Gestão das empresas com participação acionária do BNDES, dos fundos de pensão e de outros fundos públicos. 

Evolução da taxa de juros

Em %



Fonte: Banco Central

As poucas emissoras comunitárias regularizadas e que conseguem cumprir papel cultural, educativo, de interesse e participação social resistem às dificuldades financeiras e políticas e tentam se contrapor aos oligopólios e às mesmices da mídia

Nas ondas

de ilegalidade, de falta de identidade e de desvio de finalidade

→ JERÔNIMO CALORIO

Rádios comunitárias surgiram na década de 70 para transmitir conteúdo consciente para a comunidade que as cerca, contrapondo-se à hegemonia da mídia que existe hoje. Isso, entretanto, na maioria das vezes não sai do papel. A concentração dos meios de comunicação de massa sob o comando de poucas famílias e grupos poderosos não quer só impor uma forma de conteúdo aos espectadores, mas também impedir que outros, principalmente aqueles que lutam pela democratização da comunicação, expressem suas ideias.

Em artigo acadêmico, a doutora da Umesp, Cecília Peruzzo, diz que a função de rádios comunitárias “é oferecer às comunidades conteúdos de cunho cultural e educativo que as outras não têm se interessado em privilegiar”. A professora explica que as rádios têm um papel cidadão, ao propiciar “participação da população nas várias etapas do processo de comunicação, tais como na gestão dos veículos e no planejamento e produção de programas”.

Segundo a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), existem hoje 15 mil rádios com fins comunitários no país, mas 86% delas ainda permanecem em estado de ilegalidade. No Distrito Federal existem 15 rádios legalizadas e apenas duas delas possuem propostas de rádios com programação regional e independente, além de

atender às demandas de suas comunidades. Boa parte das outras inclui preconceito regional com sotaque de seus locutores, anúncios comerciais em grandes quantidades e reprodução dos produtos da indústria cultural.

Por serem, porém, organizações sem fins lucrativos, as rádios comunitárias dependem de recursos públicos e apoiadores para se manterem. Esses recursos são conquistados de forma difícil, interferindo muitas vezes no trabalho das rádios. Quem explica essa questão é o integrante do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom) Fernando Oliveira Paulino. “Um grande entrave para a comunicação comunitária no país é a falta de um fundo de suporte a essas rádios. Essa situação é agravada pela falta de consenso sobre a questão publicitária dentro das rádios”.

Muitas rádios comunitárias anunciam seus apoiadores e, em muitos casos, fazem propaganda de produtos, prática restrita às rádios comerciais. “O Estado precisa desenvolver mecanismos de prestação de contas

e monitoramento do conteúdo, de forma a aprimorá-los e evitar esse tipo de problema”, diz o pesquisador.

Aproveitando-se da situação, muitos políticos “apadrinham” rádios comunitárias. É o que diz o integrante do Coletivo Brasil de Comunicação (Intervozes) Marcelo Arruda. Para ele, é clara a intenção de muitos políticos ao fazer pressão nos meios burocráticos para distribuição de concessões: “Muitas rádios servem como formadoras de currais eleitorais. É só perceber a proximidade em meio aos discursos entre radialistas e políticos, que contam inclusive com chamadas ao vivo dos nomes de seus ‘patronos’”. A lei proíbe políticos de serem donos de rádios, mas não evita que seus parentes próximos possam conseguir concessões para transmitir.

Para Danilo Soares, da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), o Estado mais atrapalha a situação dos meios comunitários do que ajuda. “Como existe uma dificuldade gigantesca para produção legal de uma rádio comunitária, o Ministério das Comunicações se usa desse processo, que torna inúmeras rádios comunitárias ilegais, para caçá-las”, argumenta o estudante. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que regulamenta concessões, de acordo com orientações do Ministério das Comunicações, fecha muitas rádios que estão à espera de uma concessão. “O que eles fazem é um desserviço à população”, diz Danilo.

MUITAS RÁDIOS
SERVEM COMO
FORMADORAS DE
CURRAIS ELEITORAIS

A história de uma rádio comunitária

Em 1998 um grupo de pessoas ligadas aos movimentos políticos e socioculturais em Planaltina (DF) resolveu criar uma associação para pleitear um canal de rádio comunitária. E deram entrada com o pedido de outorga junto ao Ministério das Comunicações. Como sabiam que o processo burocrático levava anos, compraram os equipamentos necessários e começaram a radiodifundir conteúdos de interesse das comunidades locais. Tinham a preocupação de propagar variados gêneros musicais e de entrevistas, tendo a preocupação de ouvir os reclamos da população.

No segundo semestre de 1999, a Anatel, juntamente com Polícia Federal — fortemente armada —, foi até a sede da rádio, invadiu-a e prendeu as pessoas que se encontravam no recinto, confiscando os equipamentos. Desse período final de 1999 até o segundo semestre de 2005 a rádio não funcionou.

No final de 2005, com a publicação no Diário Oficial - Câmara Federal - da aprovação da outorga da rádio e o trabalho advocatício, o processo contra as pessoas que tinham sido presas foi encerrado e os equipamentos devolvidos. A rádio voltou a funcionar.

Em agosto de 2006, em pleno processo eleitoral, mais uma vez a rádio foi fechada pela Anatel, sob a justificativa de que a documentação não estava completa. Em junho de 2007, com a documentação regularizada, a rádio voltou a transmitir.

Essa é a história da rádio Utopia FM, reconhecida hoje por vários movimentos sociais e pela população de Planaltina como uma rádio comprometida com sua comunidade. Quem relata esses acontecimentos é um dos idealizadores da rádio e também radialista João Batista de Oliveira. “Procuramos manter a coerência com o discurso de contribuir para a construção de uma sociedade melhor, igualitária e fraterna”, diz ele. “Abstemo-nos de tocar os ‘grandes sucessos’ do momento, até porque lutamos pela difusão da cultura e não da ‘cultura de massa’. Buscamos, também, construir um jornalismo que seja verdadeiramente comunitário.”

Cerca de 80% do conteúdo musical da rádio são de estilos brasileiros, como o samba, xaxado, coco, lundu, baião e caipira. Dentro desses estilos, a rádio conta com um grande acervo de músicas regionais, que constantemente é aumentado pelo envio dos próprios artistas e de outras rádios comunitárias do país.

A rádio também já produziu eventos, em parceria com organizações de Planaltina, como associações culturais e ambientais e a Faculdade UnB Planaltina (FUP). A Mostra Cultural de Planaltina, produzida via editais, é um exemplo disso. Consistiu em apresentações de artistas locais — grupos de dança, música e teatro —, realizadas no estacionamento da FUP e contaram com cinco edições, todas voltadas para o bairro Vila Nossa Senhora de Fátima, que circun-



da o campus da universidade.

Outra realização foi o 1º Festival Parque Sucupira de MPB, iniciativa que contou com a parceria entre a rádio, a FUP, o Ministério do Meio Ambiente e a Empresa Brasileira de Comunicação. O objetivo era o de conscientizar a população de Planaltina para a preservação ambiental de seu parque, hoje praticamente abandonado. O festival contou não só com apresentação de artistas do DF com músicas sobre a temática, mas também com a premiação dos artistas, que tiveram suas músicas produzidas em um CD.

A rádio já participou, também, da produção de um livro com textos e desenhos de estudantes de escola pública e uma cartilha com informações culturais e ambientais. Ambos os materiais estão sendo usados hoje como material pedagógico nas escolas locais.

Rádios piratas

Um navio que chamou atenção na década de 50 foi o “Caroline”, que ancorava na costa inglesa para transmitir o recém surgido rock’n’roll e se contrapor à empresa BBC de comunicação. Surge, então, a primeira “rádio pirata” – que tem aí a origem de seu nome – do mundo.

Classificadas assim por serem ilegais, as rádios piratas são de origem muita polêmica. Mas, segundo Marcelo Arruda, integrante do grupo Inter-

vozes, nem todas elas são assim: “Algumas rádios piratas são ilegais por acreditarem que liberdade de transmissão não se concede legalmente, se conquista. O rádio é um instrumento, e o que diz se ele é bom ou ruim são as idéias nele divulgadas”.

O principal motivo para cassação dessas rádios é o argumento que a frequência usada poderia interferir no sistema aéreo, tendo o risco de derrubar aviões. ❏

O que diz a lei

“O Serviço de Radiodifusão Comunitária foi criado pela Lei 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615 do mesmo ano. Trata-se de radiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts) e cobertura restrita a um raio de 1 km a partir da antena transmissora. Podem explorar esse serviço somente associações e fundações comunitárias sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço. As estações de rádio comunitárias devem ter uma programação pluralista, sem qualquer tipo de censura, e devem ser abertas à expressão de todos os habitantes da região atendida.”

Ministério das Comunicações.



Vitor Barros Rego

É psicólogo, Mestre em Psicologia Social, do trabalho e das Organizações pela UnB e responsável pelo projeto Clínica do Trabalho no Sindicato dos Bancários.

Assalto às condições psíquicas do bancário

A mudança do perfil da atividade bancária piorou as condições de trabalho e trouxe a competitividade que estimula a rivalidade no ambiente de trabalho

O trabalho bancário sofreu fortes mutações desde o início dos anos 90, quando o Brasil foi inserido no contexto globalizado, trazendo empresas estrangeiras para concorrência. Esta, em seu nível saudável, estimulava novos produtos e rivalidade entre empresas disputando pelo mercado.

Hoje não é diferente, mas, para manter esta competição, os modos de gestão emplacaram a rivalidade dentro das próprias empresas como uma forma desesperada de “motivar” seus funcionários a entrarem nessa luta, sugando do bancário seu instinto guerreiro, lutador, pitbull.

O contexto econômico permitiu que os bancos deixassem de ganhar apenas com a inflação (que foi diminuindo), partindo para as vitrines: as agências são os locais de exposição dos produtos e os bancários mudaram de prestadores de serviços para vendedores. O desenrolar destas técnicas, táticas e estratégias são extremamente danosas para o trabalho e para a saúde do bancário.

Entre os bancários, segundo constatação do Ministério da Saúde, entre 1996 e 2005 (época das reestruturações econômicas acima), foram 181 suicídios, dando a triste estatística de um suicídio a cada 20 dias. Desse total, 92 eram pessoas casadas, mais da metade. O que está acontecendo então? Proponho aqui a soma de quatro fatores importantes que impactaram na forma de gerir dentro dos bancos com fortes impactos na saúde psíquica do bancário:

- 1) **Práticas Neoliberais;**
- 2) **Qualidade Total;**
- 3) **Marketing Interno;**
- 4) **Avaliações de Desempenho.**

Flexibilização dos contratos de trabalho e foco nos resultados

O neoliberalismo trouxe a flexibilização dos mercados, mas também o mesmo com os contratos de trabalho: põe-se um salário-base baixo e acrescentam-se várias gratificações para que o bancário possa ser “jogado” para cima e para baixo da empresa sem qualquer problema jurídico, mas, com certeza, com danos emocionais gravíssimos.

Além disso, estas práticas trazem em seu cotidiano a filosofia administrativa do foco nos resultados. Ora, quando se diz que o que importa são os resultados, a alta cúpula abre espaço para que o caminho para alcançar estes resultados possa ser ignorado. Desta forma, os fins (metas) justificam os meios (“jogo sujo”) claramente, e com o aval. Se o cara bateu 160% das metas com clientes fantasmas, isso não importa. Mas os 1.600 pontos estão lá.

Neste raciocínio, Adolf Hitler seria louvado dentro dos bancos, pois seus resultados também são espantosos: diminuiu o número de desempregados de 6 milhões para 900 mil; o PIB da Alemanha cresceu 102% em 4 anos; dobrou renda per capita,



QUANDO SE DIZ QUE O QUE IMPORTA SÃO OS RESULTADOS, A ALTA CÚPULA ABRE ESPAÇO PARA QUE O CAMINHO PARA ALCANÇAR ESSES RESULTADOS POSSA SER IGNORADO



dentre outros bons resultados. É assim que o foco nos resultados é praticado.

E, por fim, o neoliberalismo abriu espaço para que as rivalidades sejam entre colegas da mesma empresa a partir da somatória de dois “motivadores”: rankings de quem faz mais e premiações atribuídas. Assim, criou-se um jogo de azar, onde somente um é vencedor e o restante é perdedor. Isso é péssimo para convívio humano, mas ótimo para a produtividade. O trabalho bancário se tornou, então, descontinuo e sem fim, pois as metas podem ser batidas num mês, mas mês seguinte vem mais.

Dois massacres: enxugamento e manualização do trabalho

A Qualidade Total é bastante exaltada como melhor maneira de gerir a empresa. Aquela que não a adota, está perdendo... mas perdendo o quê mesmo? Claro, lucro. Em sua prática, a Qualidade Total propõe dois massacres: o enxugamento de pessoal e a manualização do trabalho.

Quando se tem o número contado de pessoas para trabalhar, além de intensificar o ritmo e o volume de trabalho (possibilitando adquirir LER/Dort), cria-se situação de super-heróis, que nunca podem adoecer (ou que seus filhos adoçam). Um desfalque numa equipe “ajustada” é entendido como abandono do barco, como se o abandonador (quem adoce ou sai de férias) não estivesse dando a mínima para aqueles que ficaram com o trabalho dividido por menos pessoas. Esta conduta hostil dificulta reabilitações e, principalmente, o convívio.

Já a manualização é um processo de colocar tudo que se acredita ser necessário para a execução do trabalho em normas e manuais. No entanto, ignoram imprevistos (sempre constantes), além de tirar a autonomia, a essência e o sentido do trabalho, já que tudo está no manual. E, quando se transforma esse trabalho em mera execução de normas, os rankings se tornam o único “divertimento” para ainda ter um resgate de identidade no trabalho.

Cartilhas para fidelização e adestramento sutil dos funcionários

O setor de Marketing é um dos mais valorizados dentro das empresas. A imagem da empresa perante seus clientes é importante, mas passar uma boa imagem para seus funcionários rende fidelizados encantados com palavras e músicas bonitas, como “Imagine”, de John Lennon.

Trata-se de uma era narcisista onde dentro da empresa tudo é lindo, todos vivem em irmandade. Assim, qualquer paradoxo ou contradição que venha a surgir no ambiente de trabalho são mascarados nestas campanhas, propagandas e cartilhas. É uma forma de apelar para vender para seus funcionários a própria empresa. Ou seja, tentando convencê-los de que ali que é o lugar deles.

Algumas cartilhas internas também pregam (assim como os religiosos) que a conduta desejável dentro e fora da empresa seja seguida, o que faz refletir se isso não é uma forma tão direta e sutil de adestramento de seus funcionários.

Quando o importante é avaliar o quanto e não como foi feito

As Avaliações de Desempenho, ferramentas necessárias nas empresas, apresentam-se como um afronte à qualidade do trabalho bem feito e o senso de justiça. Isto acontece porque é pelo resultado dessas avaliações que decidem quem deverá ter ascensão na carreira.

No entanto, o juiz que faz a avaliação, inserido no contexto neoliberal, avalia quanto o avaliado fez, e não como. Assim, avalia-se o quanto ele foi útil, dispensando querer conhecer técnicas e esforços empenhados para alcançar tal resultado. É aqui que entra a destruição do senso de justiça, pois os que vendem muito, não importando como, são os “promovíveis” e dignos de reconhecimento. Para os que se esforçaram com ética e qualidade de um trabalho bem feito, fica a exclusão e o balde de água fria.

Estes quatro fatores em conjunto promovem espaços abertos para desconfiança entre funcionários, vista na conspiração do silêncio instituída. É um prato cheio para que a violência moral ocorra sem que qualquer ajuda dentro do coletivo de trabalho impeça.

O assédio moral não é um ato assediador-assediado, mas também de todo um coletivo que, em silêncio, é conivente e consente. Assim, aquele funcionário que tiver dificuldades ou sofrer algum tipo de assédio (moral e/ou sexual, seja de chefia, do cliente ou de colegas de trabalho) vai ficar isolado no seu sofrimento, sobrando a irritação para vida pessoal, mascarada em “tarjas-pretas”.

Caso sua condição de humilhação e sofrimento não tenha qualquer apoio (reconhecimento de que há sofrimento), o risco de suicídio aumenta consideravelmente. Percebe-se que a grande perda que temos é a possibilidade de estar em coletivo no trabalho e compartilhar. As quatro forças são para que haja distanciamento entre trabalhadores. Trabalhar é também conviver, é poder conversar respeitosamente sobre situações cômicas, bem como as trágicas do trabalho.





Tatuagem e preconceito no atendimento bancário

Os primeiros registros da arte da tatuagem foram encontrados nas ilhas polinésias, na Oceania, há cerca de dois mil anos. Em seus inícios, a tatuagem era feita com agulhas de osso e um pequeno martelo, que introduzia o pigmento sob a pele humana.

→ ANDRÉ SHALDERS

As tatuagens tão disseminadas hoje em dia, assim como os piercings, são apenas a retomada contemporânea de adornos tribais, especialmente nas culturas indígenas. Nestas, os indivíduos criaram sinais nos corpos comuns ao seu grupo. Os primeiros registros da arte da tatuagem foram encontrados nas ilhas polinésias, na Oceania, há cerca de dois mil anos. Em seus inícios, a tatuagem era feita com agulhas de osso e um pequeno martelo, que introduzia o pigmento sob a pele humana.

Antropólogos informam que praticamente todas as sociedades “ferem” ou marcam de alguma forma seus membros por razões ritualísticas, de status ou estéticas. As comunidades indígenas, por exemplo, usam a pintura nos corpos para diversas situações: identificação da etnia, demonstração de estado de guerra, comemoração de colheita, rituais de passagem, homenagem a divindades e a personalidades.

Apesar dos significados e da importância da tatuagem nas mais diversas culturas, o preconceito contra esta forma arte também vem de longa data no Ocidente. Na Idade Média, no ano de 787, a tatuagem chegou a ser proibida pela Igreja Católica, sendo considerada uma manifestação demoníaca. E em 1789 o governo inglês adotou a tatuagem como uma forma de identificar criminosos.

Durante muito tempo, a tatuagem permaneceu estigmatizada socialmente, sendo ligada a prostitutas, bandidos e indigentes. Entretanto, a partir das mudanças culturais ocorridas nos anos 1960 e 1970, na esteira dos movimentos hippies e contraculturais, a tatuagem passou a ser mais aceita, sendo hoje considerada um ícone fashion por certos setores da sociedade.

Atualmente, a tatuagem tem alcançado um nível de popularidade sem precedentes. Estatísticas demonstram que cerca de 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de tatuagem. A maior parte desse contingente

EM 1789 O GOVERNO INGLÊS ADOTOU A TATUAGEM COMO UMA FORMA DE IDENTIFICAR CRIMINOSOS

é formada por jovens entre 18 e 30 anos, sobretudo nas classes A e B. Prova da mudança da opinião social sobre a tatuagem é o fato de até mesmo certas marcas de chiclete utilizarem tatuagens temporárias como apelo ao público infantil. Grande parte dessa mudança se deve à organização dos estúdios de tatuagem, que promovem eventos, competições e convenções para atualização e normatização dos métodos de assepsia e aplicação. Hoje, a tatuagem tem usos estéticos que não se resumem aos desenhos, sendo usada também para a recomposição das sobrancelhas e remoção de manchas da pele.

Danny K. Gomez é tatuador há cerca de 10 anos. Ele conta que durante esse tempo a tatuagem passou por várias mudanças, tanto na percepção das pessoas sobre a arte quanto nas técnicas utilizadas e nas normas que regulamentam a atividade dos tatuadores. “A tatuagem, hoje, já não representa mais uma atitude transgressora, rebelde, e sim uma atitude social, aceita pela maioria das pessoas. Mesmo assim, geralmente quem vem fazer a primeira tatuagem ainda sente um pouco de receio, prefere lugares do corpo não muito expostos, justamente por conta do mercado de trabalho”. Em seu estúdio da 312 sul, Danny atende muitos profissionais bancários. “As pessoas que trabalham em bancos privados geralmente são mais preocupadas na hora de se tatuar, preferem locais mais fáceis de esconder sob as roupas.”



O GERENTE SEMPRE ME PEDIA PARA USAR ROUPAS QUE COBRISSEM A TATUAGEM. ELE TINHA MEDO DE QUE INCOMODASSE ALGUM CLIENTE MAIS CONSERVADOR



A TATUAGEM, HOJE, JÁ NÃO REPRESENTA MAIS UMA ATITUDE TRANSGRESSORA, REBELDE, E SIM UMA ATITUDE SOCIAL

Foi o que ocorreu com Rebecca Chateaubriand, 24 anos, bancária da Caixa há 4 anos, que possui algumas tatuagens pelo corpo, inclusive uma no braço. “No início da carreira na Caixa, eu trabalhava numa agência, no atendimento. Então, o gerente sempre me pedia para usar roupas que cobrissem a tatuagem. Ele tinha medo de que incomodasse algum cliente mais conservador”. Atualmente, Rebecca trabalha na Reret Satélite da Caixa, onde não há atendimento ao público. “Aqui, o que ocorre são alguns olhares, colegas que perguntam sobre as tatuagens. Mas eu acredito que nunca fui prejudicada profissionalmente por isso. Essas reações que as pessoas têm às vezes acontecem em todos os lugares, não é nada específico do banco”, diz ela.



“Em 2003, o Banco do Brasil soltou um código (não normativo) de boas maneiras, com orientações sobre aparência, vestimentas, tamanho do cabelo, barba etc., mas para servir como orientação aos funcionários. O problema foi que alguns gerentes quiseram implantar as orientações na marra, como se fossem lei. Por conta disso, fizemos um protesto, onde vários bancários do BB raspavam a cabeça. Até hoje acontecem alguns episódios de discriminação nos bancos públicos. Em algumas áreas, o fato de ter uma tatuagem ou um visual pouco convencional pode dificultar a ascensão profissional do trabalhador, mas em geral o problema maior de preconceito acontece nos bancos privados, onde os bancários chegam a ser demitidos por conta de mudanças na aparência”, afirma Rodrigo Britto, presidente do Sindicato, que possui tatuagens em homenagem ao pai, à mulher e aos filhos.

No Distrito Federal, as normas sobre tatuagem e body piercing se encontram bastante avançadas. Em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, a modificação corporal (nome dado a essas formas de arte) é atualmente proibida aos menores de 18 anos. No DF, entretanto, os menores de idade podem se tatuar à vontade, desde que obtenham autorização por escrito de seus pais, graças à lei 3.666, de 2005. Em agosto de 2009, a Câmara Legislativa do DF instituiu a lei 4398/2009, que regulamenta as condições sanitárias dos estúdios de tatuagem e body piercing. Entre outras coisas, a lei exige a existência de salas de esterilização de materiais e o descarte apropriado dos resíduos. ■

As empresas pouco incentivam as práticas físicas e esportivas e não melhoram as condições de trabalho, mas os funcionários superam as barreiras com soluções



Abaixo o sedentarismo

→ THAÍS ROHRER

“**PARA VOCÊ GOSTAR DE DETERMINADA COISA OU ATIVIDADE VOCÊ PRECISA VIVENCIAR. QUEM NÃO TEVE A EXPERIÊNCIA NÃO É CAPAZ DE GOSTAR**”

Nirley Braz

A fama do bancário sedentário, que fica muito tempo sentado, já vem de muitos anos. Contrariando o rótulo, vários empregados dos bancos viraram o jogo e se tornaram atletas profissionais ou praticam esportes rotineiramente.

A preocupação com a qualidade de vida foi o motivo para o nascimento da Equipe X, formada por bancários da Caixa e do Banco do Brasil que treinam modalidades de corrida e atletismo desde 2006. “Eu tomei a iniciativa porque o banco não oferece muitos incentivos ao esporte e acho o exercício físico importantíssimo para qualquer pessoa. O nosso foco é a qualidade de vida”, ressalta Nirley Braz, empregado da Caixa e coordenador da equipe, que tem 120 componentes.

Os bancos públicos e a maioria dos bancos privados oferecem, quando muito, apenas programas de ginástica laboral. O incentivo às práticas esportivas e aos exercícios físicos não ocorre. “Para você gostar de determinada coisa ou atividade você precisa vivenciar. Quem não teve a experiência não é capaz de gostar. A situação é a mesma no esporte”, comenta Nirley.

Especialistas como psicólogos, fisioterapeutas e educadores físicos indicam que a qualidade de vida inclui vários aspectos como condições de trabalho, alimentação adequada e exercícios físicos. “A jornada de trabalho de 6 horas é fundamental para a tranquilidade do bancário. Além disso, o banco tem que estimular os funcionários a praticar esportes e fornecer incentivos para isso. Os bancos patrocinam esportes e atletas brasileiros e também deveriam dar essa atenção à saúde e aos talentos dos funcionários das instituições”, ressalta Alexandre Severo, secretário de Saúde do Sindicato.

Exemplo da melhora na qualidade de vida por meio do esporte é a história da bancária Jane Silva. Há um ano ela saía do trabalho direto para casa. Agora as noites da empregada da Caixa são preenchidas com treinos de atletismo. No currículo de esportista já constam 15 corridas, incluindo eventos como os 18 km da Volta Internacional da Pampulha. Em julho ela participa da Meia Maratona da Cidade do Rio de Janeiro. “Meus colegas de trabalho também perceberam a minha mudança depois que comecei a correr. Atualmente

Ergonomia para prevenir doenças

No ambiente de trabalho devem ser considerados vários aspectos para um bom desempenho do funcionário. A ergonomia é um deles. Ela estuda a organização do trabalho em função das condições de adaptação de cada pessoa. “Vários aspectos devem ser observados para a prevenção de doenças ocupacionais e outras enfermidades”, diz Cibele Gomes, fisioterapeuta.

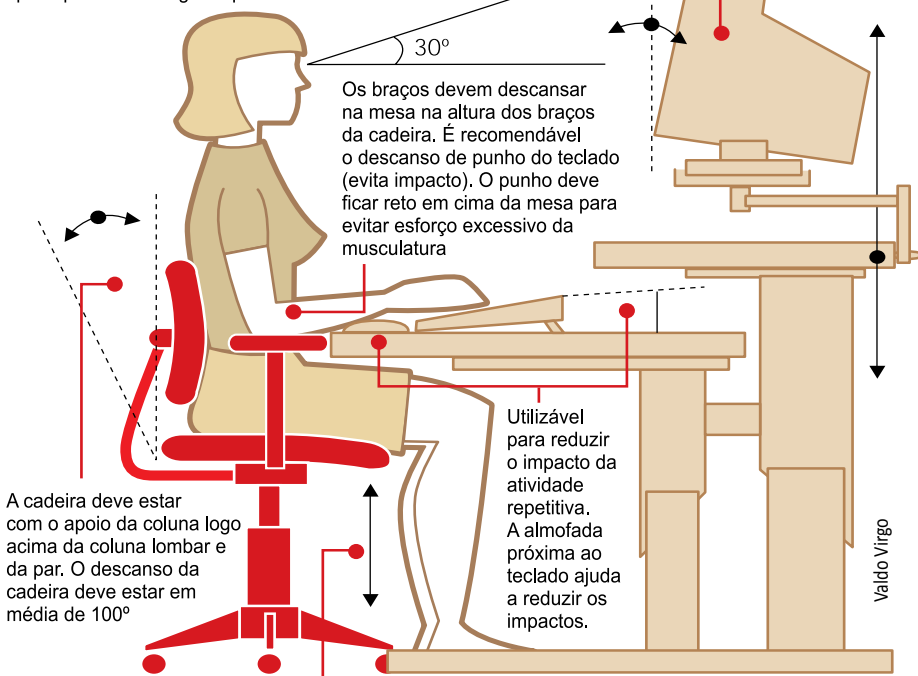
A especialista comenta que os exercícios indicados durante o trabalho mais a atividade física fora do expediente são a dupla ideal para manter a boa saúde física e mental de uma pessoa. Confira as dicas da fisioterapeuta para o dia-a-dia no trabalho. “Uma musculatura fortalecida e alongada não lesiona”, afirma Cibele.

eu tenho mais disposição para o trabalho e sou mais alegre”, comenta Jane.

Jane é bancária há 9 anos e comenta que começou a praticar exercícios na academia várias vezes, mas depois de alguns meses acabou desistindo. Ela indica o esporte como um bem à saúde, a melhor convivência com as pessoas e uma válvula de escape para os problemas do trabalho. “Cada um se identifica com um esporte ou uma academia, mas o importante é continuar”, completa.

O movimento sindical critica o fato de os trabalhadores do ramo financeiro receberem poucos incentivos para melhorar a qualidade de vida. “As atividades esportivas não estão entre as prioridades das empresas, embora seja importante para a categoria ter condições de praticar atividade física além do trabalho. Infelizmente a realidade mostra outras dificuldades, com empregados trabalhando além da jornada legal e tendo de cumprir metas abusivas. Essa situação reflete em outros problemas como o alcoolismo e tabagismo como forma de compensação no sofrimento ocorrido no trabalho”, constata Alexandre Severo. ■

O monitor deve estar em cima de um suporte de modo que a pessoa enxergue a partir de 1/3 da tela



Os braços devem descansar na mesa na altura dos braços da cadeira. É recomendável o descanso de punho do teclado (evita impacto). O punho deve ficar reto em cima da mesa para evitar esforço excessivo da musculatura

A cadeira deve estar com o apoio da coluna logo acima da coluna lombar e da par. O descanso da cadeira deve estar em média de 100°

Utilizável para reduzir o impacto da atividade repetitiva. A almofada próxima ao teclado ajuda a reduzir os impactos.

O pé deve estar no chão. Nos casos em que os pés ficam no ar com a altura da cadeira e do monitor adequados a pessoa deve usar o apoio de pés (o apoio são para as pessoas que não conseguem a angulação ideal).

- Para os que não gostam de academia ou esporte a saída é a caminhada diária de no mínimo 30 minutos.
- A cada 50 minutos de trabalho com atividade repetida, fazer intervalos de 10 minutos.
- Os exercícios com as bolas ergonômicas devem ser feitos abrindo e fechando as mãos devagar. Se os exercícios forem feitos de maneira rápida, a musculatura ficará estressada. Cada exercício deve durar entre 20 e 30 segundos para surtir efeito.
- Para aumentar o fluxo sanguíneo e evitar a trombose são aconselháveis a flexão-plantar (na ponta do pé) e a dorsi-flexão (contração da panturrilha abaixando e levantando os pés no ar). Os exercícios devem ser feitos nos intervalos de 50 minutos, no mínimo 10 vezes cada.

Incentivo do Sindicato



A luta por qualidade de vida é uma das reivindicações da categoria e o Sindicato contribui para melhorar a questão na vida dos trabalhadores. O Sindicato oferece convênios para os associados com academias em vários locais do DF. Também são promovidos pas-

seios ciclísticos e campeonatos de futebol e futsal. “Temos que incentivar a categoria a praticar esportes e trazer possibilidades de práticas na vida do trabalhador”, frisa Garcia Rocha, secretário de Cultura e Esporte do Sindicato.

Mobilização forte p



Bancários no 26º Conecef, em São Paulo

Dentro da estratégia de antecipar as discussões para preparação da Campanha Nacional 2010, o Sindicato realizou, desde maio, consulta online à categoria; congressos distritais do BB e da Caixa; reunião de delegados sindicais do BB; o Seminário dos Trabalhadores das Instituições Financeiras, além dos congressos nacionais do BB e da Caixa, em São Paulo, que contaram com representantes dos bancários de Brasília e aprovaram as reivindicações específicas nos dois bancos públicos. O processo culminará com a Conferência Nacional, em julho, que define a pauta final de reivindicações gerais a ser entregue aos banqueiros. Além disso, o último quadrimestre foi marcado por negociações com os bancos sobre diversos temas, sem contar a série de atividades promovidas pelo Sindicato nas áreas de lazer e cultura e por mais justiça social.



Reunião da nova diretoria faz planejamento para o próximo período



Congresso Distrital dos Funcionários da Caixa



Plenária reúne participantes dos cong



Congresso Distrital dos Funcionários da Caixa



Bancários no 26º Conecef, em São Paulo



Diretores do Sindicato debatem



Congresso Distrital dos Funcionários do BB



Reunião de Delegados Sindicais do BB



Reunião da CCASP sobre segun

Para a campanha e...



CUT faz ato no 1º de Maio, Dia do Trabalhador



Manifestação no HSBC exige valorização dos funcionários



Encontros distritais do BB e da Caixa



Marcha contra a homofobia conta com participação do Sindicato



Bancários em rodada de negociação com o Banco do Brasil



Plano de saúde com o Itaú



Reunião com o novo presidente do BRB, Nílban Melo



Reunião bancária



Bancários fecham agência do Santander em péssimas condições de trabalho



Sindicato pressiona BB por PCCS e plano odontológico

... por qualidade de vida



Sindicato participa de audiência pública em Formosa sobre atendimento bancário



Reunião da Clínica do Trabalho



Sindicato durante blitz, à noite, em agência da Caixa de Brazlândia



Rodada de jogos da Copa dos Bancários



Sindicato entrega reivindicações do BRB ao ex-governador Wilson Lima



Sindicato homenageia Dia da Mulher com peça teatral



Bancária do BB vota nas eleições do Sindicato



Espectadores fazem fila para sessão do Cineclub



Bancários cobram construção de elevador na Galeria dos Estados



Garotos ensaiam pelo projeto Entorno das Artes

Agenda do Trabalhador

Julho

Dia 1º – Posse da diretoria eleita do Sindicato para o triênio 2010/2013

De 1º a 30 – Eleição de delegados sindicais em bancos públicos

Dia 5 – Último dia para registro de candidatos para as eleições gerais

Dia 6 – Início da propaganda eleitoral

Dias 15 e 16 – Seminário sobre Sistema Financeiro; Emprego e Remuneração; Saúde, Condições de Trabalho, Previdência e Segurança Bancária

Dias 16 e 17 – 6º Congresso dos Bancários de Brasília

De 23 a 25 – 12ª Conferência Nacional dos Bancários (no Rio de Janeiro)

Agosto

Dia 1º – Data-base dos Empregados no Transporte de Valores (Campanha Salarial)

Dia 3 – Posse dos delegados sindicais eleitos e instalação do Conselho de Delegados Sindicais

(a definir) – Seminário de delegados sindicais do BRB e assembleia dos funcionários do banco para ratificação da pauta de reivindicações

(a definir) – Assembléia geral para ratificação da pauta de reivindicações

(a definir) – Lançamento da Campanha Nacional dos Bancários

Dia 5 – TV Bandeirantes realiza debate entre os candidatos à presidência da República

Dia 13 – TV Bandeirantes realiza debate entre os candidatos à presidência da República

De 14 a 21 – Jogos da Fenae 2010 em Fortaleza (CE)

Dia 17 – Começa a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão

Dia 28 – Dia dos Bancários e Festa dos Bancários

Setembro

Dia 1º – Data-base dos Bancários (Campanha Salarial)

Dia 23 – Último dia para quem perdeu o título eleitoral requerer a segunda via do documento.

Dia 30 – Termina a veiculação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

Dia 30 – Último dia para debates e propaganda em páginas institucionais na internet.

Outubro

Dia 1º – Último dia para divulgação de propaganda paga na imprensa escrita.

Dia 2 – Último dia para distribuição de propaganda eleitoral e realização de carreatas e passeatas.

Dia 3 – Eleições gerais (primeiro turno) para presidente, governadores, senadores, além de deputados federais, estaduais e distritais.

Dia 5 – Início da propaganda eleitoral onde houver segundo turno das eleições

Dia 10 – TV Bandeirantes realiza debate entre os dois candidatos a presidente que eventualmente disputarão segundo turno

Dia 13 – TV Bandeirantes realiza debate entre os candidatos a governador que disputarão segundo turno, caso haja.

Dia 16 – Início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

Dia 29 – Fim da propaganda eleitoral gratuita.

Dia 31 – Segundo turno das eleições para presidente e governadores.



Sindicato dá as boas-vindas a concursados do BRB



Sindicato em reunião com aeroportuários



Negociação com a Caixa debate reestruturação



Sindicato em reunião com novos bancários do BB

Fala Leitor, este espaço é seu

Leitores aprovam qualidade da *Extratos*

Em cada grupo de 10 pessoas que leram a edição nº 2 da revista *Extratos*, mais de 6 consideraram a publicação boa e ótima. Se consideradas as respostas qualificando como “média” as reportagens, ilustrações e charges, a média de aprovação da revista sobe para 8 em cada grupo de 10. Nesses grupos, menos de uma pessoa considerou a revista ruim, enquanto apenas uma não tinha opinião. A reportagem de capa (Moedor de carne – Os efeitos nefastos em quem vive sob pressão de metas e assédio) foi a matéria mais elogiada. Recebeu avaliação “boa” e “ótima” por 81,4% dos que responderam a consulta. A média sobe para 88,89% quando somados os que responderam como sendo “média”. A enquete foi feita via online, por meio do site do Sindicato, dois meses depois de a revista circular. As respostas foram dadas espontaneamente. Esses dados revelam um alto grau de retenção dos conteúdos entre os leitores.

Veja algumas sugestões e comentários dos leitores:

“A revista Extratos é uma boa opção para tratar de assuntos da categoria e demais assuntos políticos, éticos, de interesse social etc.”

“No geral, gostei, mas senti falta de alguma reportagem sobre meio ambiente.”

“É importante a manutenção do periódico uma vez que aborda assuntos de grande interesse da categoria.”

“Mais matérias de assédio moral.”

“Mais matérias sobre economia.”

“Assuntos financeiros: o que dá pra fazer no DF com salário inicial do BB ou da Caixa, e por que o custo de vida de Brasília é o mais alto.”

Você pode expressar sua opinião sobre os assuntos tratados na revista, além de mandar críticas, elogios e sugestões. Aguardamos sua carta ou e-mail!

Envie sua mensagem para o email da Secretaria de Imprensa ou para o endereço da sede do Sindicato: imprensa@bancariosdf.com.br / EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70383-400



Adelino Cassis

Lauro de Aquino

Augusto Carvalho

Júnior

Paulo Borges

Erika Kokay



Sindicato dos Bancários de Brasília

“Quem sabe aonde quer chegar,
escolhe o caminho certo e o jeito de caminhar.”

THIAGO DE MELO

Diretoria executiva

Presidente	Rodrigo Lopes Brito (BB)
Secretário Geral	André Matias Nepomuceno (BRB)
Secretário de Finanças	Emilson Cardoso da Silva (Caixa)
Secretário de Administração	Edmilson Wanderley Lacerda (Itaú Unibanco)
Secretária de Imprensa	Rosane Maria Gonçalves Alaby (Santander Real)
Secretário de Assuntos Jurídicos	Eduardo Araújo de Souza (BB)
Secretário de Formação Sindical	Wandêir Souza Severo (Caixa)
Secretário de Política Sindical	Saulo Rodrigues dos Santos (BB)
Secretário Social e Cultural	José Garcia Sousa Rocha (Bradesco)
Secretária de Relações com a Comunidade	Louaci Morais dos Santos (Itaú Unibanco)
Secretária de Comunicação e Divulgação	Circhila Damasceno Reis (BB)
Secretária de Assuntos Parlamentares	Maria Aparecida Sousa (BRB)
Secretário de Estudos Socioeconômicos	Antonio Eustáquio Ribeiro (BRB)
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho	Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa)

Diretoria

Antonio Abdan Teixeira Silva (Caixa)	Rafael Zanon Guerra de Araújo (BB)
Cenira Rodrigues de Freitas (BRB)	Raimundo Dantas de Lima (HSBC)
Cristiano Alencar Severo (BRB)	Reinaldo Cardoso Freitas (Caixa)
Elza Maria de Oliveira (BB)	Renato Shalders (Caixa)
Hélio Gregório da Silva (BB)	Rogério Fernandes Dias (BB)
Kleytton Guimarães Moraes (BB)	Romero Silveira de Carvalho (Caixa)
Luana Regina Euzébia da Silva (BB)	Sandro Silva Oliveira (Itaú Unibanco)
Maira Dalana Araújo Fialho (BRB)	Talita Regia da Silva (Cooperforte)
Manoel Francisco Duque de Sousa (BRB)	Vanessa Sobreira Pereira (Caixa)
Márcio Antônio Teixeira (Bradesco)	Vicente de Paula Mota Frazão (HSBC)
Maria Auxiliadora de Oliveira Silva (Caixa)	Wadson Francisco dos Santos
Ossama Ali Yousef Rodrigues Fares (BB)	Boaventura (BB)
Peterson Gomes de Miranda (BB)	Waldir Fonseca Braga (Caixa)

Conselho Fiscal

Efetivos

- Eliete Boaventura Sant'anna (BB)
- Francinaldo Araújo Costa (Caixa)
- Roberto Alves de Sousa (Itaú Unibanco)

Suplentes

- Jefferson Gustavo Pinheiro Meira (BB)
- Sarah França Rocha de Lima (Caixa)
- Washington Henrique da Silva (Itaú Unibanco)

48 anos de lutas e conquistas.



A nova diretoria do Sindicato

Empossada em 1º de julho, em cerimônia no Sindicato, a nova diretoria — eleita com a marca de CUT Bancários — conduzirá a entidade no triênio 2010/2013. Encabeçada pelo presidente reeleito Rodrigo Britto, a diretoria tem a incumbência de comandar o terceiro maior Sindicato de bancários do país durante o cinquentenário (novembro de 2011) de fundação de uma entidade que se tornou, em função da capacidade de mobilização da categoria, referência nas lutas econômicas, sociais e políticas dos trabalhadores de Brasília e do país.



Bancário do Banco do Brasil se destaca na produção de curtas e conquista reconhecimento mundial, com premiações em conceituados festivais de animação

Animador e roteirista brasileiro de primeira

→ THAÍS ROHRER

O interesse de criança pelas histórias em quadrinhos e o mundo de desenhos animados ganhou planos mais ousados na vida de Ítalo Cajueiro. A ingênua admiração na infância amadureceu com o passar dos anos. Hoje, Ítalo se divide entre as profissões: empregado do Banco do Brasil, animador e roteirista.

A história de sucesso como animador e roteirista foi construída com uma boa dose de persistência. Tanta dedicação trouxe conquistas e prêmios para Ítalo e a equipe de produção. O curta *O Lobisomem e o Coronel* ganhou 24 prêmios internacionais e brasilei-

ros. Entre eles, o de melhor filme no conceituado festival Anima Mundi em 2002.

A animação concorreu com outros 150 filmes no festival e foi o primeiro filme brasileiro a ganhar o Anima Mundi. Os concorrentes vinham de produtoras de cinema importantes como Pixar e Waner. "Nós realmente não esperávamos tantos prêmios e principalmente ganhar dois prêmios no Anima Mundi. É muito gratificante ser reconhecido porque foi com muito trabalho que conseguimos produzir esse filme que não teve recursos milionários", comenta Ítalo.

Três colegas do Banco do Brasil participaram da animação de *O Lobisomem e o*

"O Lobisomem e o Coronel"/Divulgação/
Elvis Kleber/Kris Costa/Zeluca/Ítalo Cajueiro



"A moça que dançou depois de morta"/Divulgação/J. Borges/Ítalo Cajueiro

Coronel. O grupo procurou editais públicos para financiar o filme, até que conseguiu o patrocínio no edital da Petrobras. O trabalho autoral do curta está cheio de características da cultura brasileira. Um dos principais pontos presentes no filme é a literatura de cordel.

As influências culturais vêm principalmente do sangue pernambucano do roteirista e animador. Ele nasceu em Vitória de Santo Antão e veio para Brasília aos 7 anos de idade, mas não esqueceu das raízes. "A cultura nordestina está presente nas minhas animações. A música, o cordel, a xilogravura. Sempre quis integrar esses aspectos à produção para o cinema", revela. A tese de mestrado de Ítalo na Universidade de Brasília (UnB) seguiu nessa linha, o tema foi a adaptação do cordel para a animação.

Caminho para o sonho

O menino que gostava de quadrinhos, desenhos e literatura teve o apoio dos familiares. Até ganhou uma máquina fotográfica do pai para incentivá-lo. As únicas imagens que registrou foram de desenhos que passavam na TV. O pai de Ítalo ficou bravo quando viu as fotos, já que a revelação de filme não era barata na época. O garoto se explicou dizendo que queria entender como funcionava a animação.

No fim da década de 70, quando estava com 10 anos, o interesse pelo desenho continuava vivo. "Eu seguia gostando de desenho, mas aqui em Brasília nós não tínhamos cursos de desenho e animação. Quando finalmente apareceu um não me deixaram fazer porque eu ainda era criança", relembra Ítalo. Só aos 15 anos ele participou de um curso de história em quadrinho.

Aos 18 anos, Ítalo começou o curso de publicidade e propaganda. "A graduação me ajudou a ter mais conhecimento na área de produção gráfica e, depois de formado, eu continuei exercitando a área de criação e desenhos nas produções institucionais do banco e paralela-



"A menina que pescava estrelas" / Divulgação / Rodrigo Mafra / Elvis Kleber / Lui Rodrigues

mente em meus projetos de animação", conta.

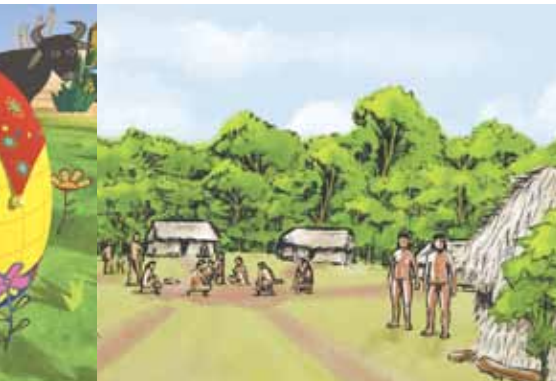
O curso universitário também mostrou outras perspectivas em torno da animação, como entretenimento, games, publicidade, venda de produtos e educação a distância.

O primeiro curso de animação veio em 1996. Nos últimos dias de aula os organizadores convidaram alguns alunos para participar da produção de um desenho animado da Turma da Mônica, de Maurício de Sousa. Depois disso, a produção deslançou. O primeiro curta foi O Lobisomem e o Coronel.

Ítalo conta que a popularização do desenho começou a se intensificar nos anos 90. Ele acredita que o desenvolvimento da tecnologia, o acesso à internet e os cursos a distância trouxeram a possibilidade do desenvolvimento na animação no país atualmente. Ele observa que o Brasil tem uma boa produção, mas ainda enfrenta proble-



"Juca Pirama"



A HISTÓRIA, OS DESENHOS E A EVOLUÇÃO NA ANIMAÇÃO SÃO QUESTÕES DE TRABALHO E TREINO. O TALENTO EXISTE, MAS NÃO É UMA MÁGICA

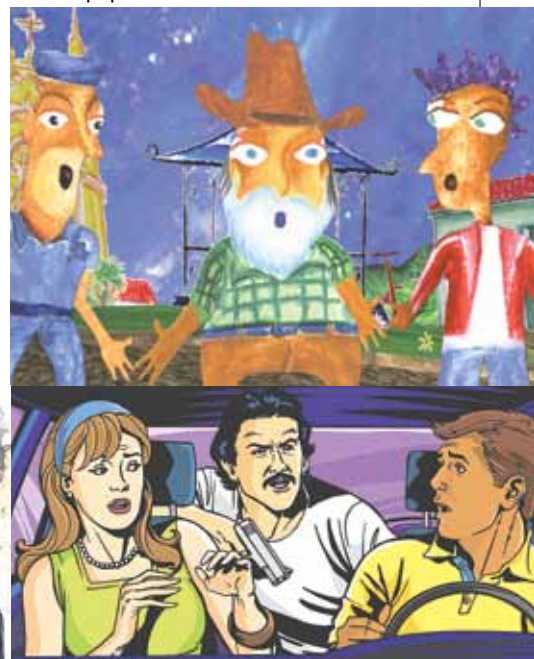
mas para distribuição das animações.

A carreira de animador e roteirista chega em 2010 com o quinto filme. "Eu realizo o que antes era apenas um sonho. A história, os desenhos e a evolução na animação são questões de trabalho e treino. O talento existe, mas não é uma mágica", afirma.

Na lista de sucessos está a animação A Moça que Dançou Depois de Morta, que também já conquistou vários prêmios. O filme é baseado em uma história do artista popular e cordelista J. Borges. O curta foi produzido inteiramente com xilogravuras originais do próprio autor.

O novo curta de Ítalo Cajueiro, I-Juca Pirama, ao lado Elvis Kleber, que também é bancário, está no forno. Os dois já trabalharam juntos durante O Lobisomem e o Coronel. Parte do enredo da nova animação é inspirada no texto de Antônio Gonçalves Dias, que tem uma temática sobre fatos contemporâneos.

"A menina que pescava estrelas"



Boa notícia

O filme de Ítalo Cajueiro, Reconhecimento, foi selecionado para participar da mostra competitiva de curta metragens do Anima Mundi 2010. No festival estão participando 117 filmes, apenas 11 são brasileiros.

Essa edição da Mostra conta com a participação de obras de 34 países. As exposições ocorrerão de 20 a 23 de julho no Rio de Janeiro e de 28 de julho a 1º de agosto em São Paulo.



Eduardo Araújo

Secretário Jurídico do Sindicato e coordenador nacional da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil

Para refletir sobre os dilemas éticos da vida pessoal e profissional

“É necessário cuidar da ética para não anestesiarmos a nossa consciência e começarmos a achar que tudo é normal”. A frase sintetiza o livro *Qual é a tua obra?*, leitura recomendada para aqueles que “acreditam que o seu maior compromisso é ajudar indivíduos e equipes a fazerem a travessia rumo ao futuro”.

→ EDUARDO ARAÚJO

Segundo o autor Mário Sérgio Cortella, *Qual é a tua obra?* forma uma série sobre as reflexões do comportamento do ser humano contemporâneo, em conjunto com duas outras obras suas: *Sobre a Esperança - Diálogo* (Papyrus - escrita com Frei Betto), *Não Nascemos Prontos - Provocações Filosóficas* (Vozes)... e *Não Espere Pelo Epitáfio* (Vozes).

“A mim tudo é permitido, mas nem tudo me convém”. A mim tudo é permitido, mas não me deixarei dominar por coisa alguma.

(I Coríntios 6,12)

Nesta obra, Cortella defende que o ser humano não nasce pronto, mas é formado e transformado até o fim da sua vida. Então, ele questiona: quando encerrada esta existência, qual a sua obra? Como bom professor, ele não dá uma receita pronta. Ele propõe uma reflexão pessoal, respeitando a individualidade de cada um, sobre o que é feito e como é feito nosso dia a dia. Ele propõe a gestão da vida e para isso é essencial termos distinção do que domina nossa vida, de qual caminho escolhemos.

O livro está dividido em três capítulos: Gestão, Liderança e Ética, desenvolvendo em cada um deles uma reflexão sobre o tema trabalho e vida pessoal e enfatiza que não é possível existir separação, porque ambos interagem e se complementam. Cortella enfatiza que ninguém é completo se viver em “dois mundos”.

A partir de afirmativas o autor propõe questionamentos sobre o convívio social, não estabelece que papel cada um deva ter, mas como deve exercê-lo, ou seja, com integridade, que, em sua opinião, é a capacidade de ser digno, honesto, transparente etc. Ninguém precisa diminuir o outro, ao invés de ser arrogante, é preciso ser inteligente e crescer com o outro. E, por outro lado, ninguém deve se conformar. Precisa saber lidar com a mudança e com a velocidade das mudanças e aprender a agir sem a cautela inibidora nem o ímpeto inconsequente.

Ao tratar de Gestão o autor subdivide o capítulo de maneira inusitada e trata da ideia do trabalho como castigo, de gente que se acha, do lado bom de não saber, da lealdade relativa, da síndrome do Rock Balboa, do vento oportuno, do grande estrago das pequenas ondas e, por fim, da gestão pessoal.

Cortella afirma não ter uma visão catastrofista nem triunfalista do mundo do trabalho. Acredita sim numa crise no conjunto da vida social, do qual o trabalho é parte, assim como a família, o modo de lidar com os meios de comunicação, a relação entre gerações e a escola também são parte.

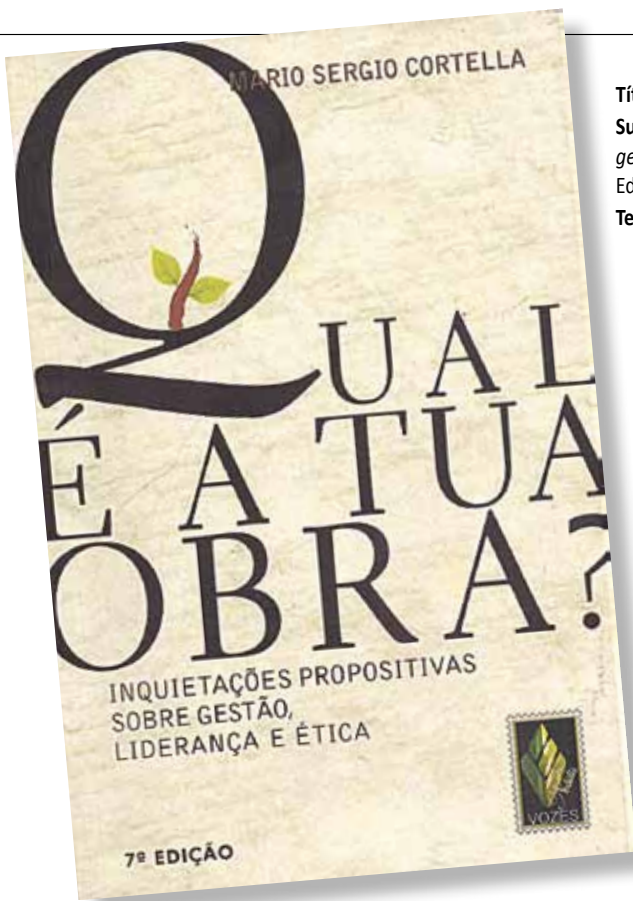
O trabalho nasceu da relação “senhor x escravo”, depois do “senhor x servo”, portanto numa lógica de exploração do outro. Do ponto de vista moral e religioso, o trabalho também foi discriminado. Para algumas religiões o trabalho era castigo e para os intelectuais o trabalho manual, desprezado. Para outras religiões o trabalho só é bom se conduzir a uma acumulação de riqueza. O

Mário Sérgio Cortella

É filósofo, professor universitário, doutor em Educação, ex-secretário municipal de Educação de São Paulo



TEM COISA QUE QUERO, MAS NÃO DEVO. TEM COISA QUE DEVO, MAS NÃO POSSO. TEM COISA QUE POSSO, MAS NÃO QUERO



Título: Qual é a tua obra?

Subtítulo: Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética

Editora Vozes Ltda. – 2007 - 144 Páginas

Tempo estimado de leitura: de 3 a 4 horas

A modernização dos meios de produção não significou facilidades para nossa existência enquanto pessoas. Significou, em muitos casos, “trabalhar o tempo todo” e como consequência, pessoas estão em “desespero porque não conseguem mais conviver com a família”.

Competitividade não tem relação com a competência, mas com aceleração, estar o tempo todo atento, produzindo, competindo obsessivamente. Para compensar a ausência de relacionamentos,

promove-se o consumo e para manter o consumo precisa-se trabalhar mais, um círculo vicioso extremamente degradante. Em paralelo, cuida-se exclusivamente do urgente e não do importante. Com isso, Cortella pergunta: “Até onde vamos?” até o colapso?

“Que servirá a um homem ganhar o mundo inteiro, se vem a prejudicar a sua vida? Ou que dará um homem em troca de sua vida?”...

(Mateus 16,26)

Para encerrar o capítulo de Gestão o autor cita que Karl Marx, no final do século XIX, acreditava que no final do século XX o homem trabalharia quatro horas por dia. “E nas outras vinte horas diariamente iria brincar, ficar com a família, pescar, ler (assistir à Copa). Já temos tecnologia suficiente para que a humanidade trabalhe quatro

horas diariamente. Se todos trabalharem e se todos tiverem um padrão de consumo (consciente) que ofereça condições de vida coletiva, isso seria viável.”

No capítulo Liderança, tão inusitado quanto o primeiro, ele desvela, entre outros temas: Fundamental é chegar ao essencial; um grande passado pela frente; a renovação pelo outro; tempos velozes; cafezinho com açúcar, adoçante e propósitos; e cinco competências essenciais na arte de liderar.

Cortella define liderança como uma virtude, uma força intrínseca, que qualquer pessoa e em qualquer lugar, ou função, pode desenvolver. Porque para ele a liderança é sempre circunstancial, ou seja, depende da ocasião ou da situação e da disposição. “Qual é a diferença entre líder e liderado? É a circunstância.” Já o Líder o autor define como aquele que é capaz de crescer coletivamente.

O autor registra a frase de Luciano de Crescenzo, que deixou a presidência da IBM na Itália, aos 50 anos, para ser ator de teatro e filosofar: “Somos todos anjos com uma asa só; e só podemos voar quando abraçados uns aos outros”.

Ele analisa por que existem pessoas que desprezam a asa do outro. “Porque é uma asa feminina ou masculina. Porque é asa de alguém que não é da área. Porque é uma asa de um outro sotaque. Porque é uma asa de outra nação. Porque é uma asa de outra cor. Porque é uma asa com menos cargo.” Esses jamais podem ser chamados de líderes, mas sim de chefes!

O capítulo final traz uma abordagem mais reflexiva e não menos inusitada. O primeiro tema do capítulo dedicado à Ética, “A nossa casa”, traz três perguntas essenciais para transitarmos na vida coletiva: Quero? Devo? Posso?

Os outros temas abordados nesse capítulo são: Os antiéticos e os aéticos; uma pessoa inteira; os outros de nós mesmos; fábula da coletividade; a escolha é sua, já as consequências...; sábios Xavantes; Opção pela serenidade; e por fim, Lembra-te de que és mortal.

Para começar a refletir o que é ética, Cortella a define como sendo um conjunto de valores e princípio para decidir sobre três grandes coisas da vida: Quero? Devo? Posso? E afirma:

“Tem coisa que quero, mas não devo. Tem coisa que devo, mas não posso. Tem coisa que posso, mas não quero. Paz de espírito se tem quando você quer, deve e pode fazer”.

Pensando coletivamente: se nós podemos, se nós queremos e se nós devemos, então façamos a nossa obra. 📌

autor cita o que Marx chamou de alienação: “Todas as vezes que eu olho o que fiz como não sendo eu ou não me pertencendo, eu me alieno. Fico alheio. Portanto não me reconheço”.

O “eu” e o “reconhecimento” tem a ver com o orgulho de resultado do seu trabalho, da qualidade de vida numa empresa, do reconhecimento pessoal e coletivo, que não gere estresse independentemente do status, da origem social, da etnia, da escolaridade etc.

Cortella também afirma que “nenhum e nenhuma de nós é capaz de fazer tudo certo o tempo todo de todos os modos” e faz uma distinção muito clara do que é erro, negligência, desatenção e descuido. Destes, o erro não merece punição, pois só acontece por desconhecimento, por falta de intenção. Já os demais acontecem por arrogância, que, segundo ele, “é um perigo porque ela altera inclusive a nossa capacidade de aprender com o outro”.

O autor critica a responsabilização excessiva sobre o indivíduo, o trabalhador, quando dizem “você tem que se cuidar, é responsabilidade sua”. Para ele, essa responsabilidade não deve ser do indivíduo, mas de uma parceria entre empresa e trabalhador, de forma que este não seja tratado como uma peça a ser mobilizada ou desmobilizada de acordo com a urgência dos gestores de plantão.

O EU E O
RECONHECIMENTO
TEM A VER COM
O ORGULHO DO
TRABALHO

Bancários seguem presentes nas lutas gerais por qualidade de vida e trabalho

→ THAÍS ROHRER

Intensas e determinadas. Assim foram as manifestações e outras atividades das diversas categorias de trabalhadores na luta por melhores condições de vida, trabalho e contra qualquer tipo de discriminação. Confira as principais atividades do movimento sindical nos últimos meses.

Junho

- As cinco centrais sindicais organizaram, em São Paulo, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que aprova em assembléia a agenda do trabalhador, no dia 1º de junho. A plataforma foi entregue, posteriormente, aos pré-candidatos à Presidência da República.
- A Chapa 1 – União para Avançar, apoiada pelo movimento sindical cutista, foi a vitoriosa nas eleições do Sinpro-DF com aproximadamente 56% dos votos.
- O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o reajuste de 7,72% aos aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo no dia 15 de junho. A CUT e o Sindicato elogiaram a sanção ao reajuste, mas reafirmaram a continuidade da luta pela derrubada do famigerado fator previdenciário, um entulho da era FHC.

Mai

- Espetáculos musicais embalados por diversos artistas da capital, passeio ciclístico em defesa do meio ambiente e brincadeiras para crianças marcaram a Festa do Trabalhador do 1º de Maio organizado pela CUT-DF e sindicatos filiados, em Taguatinga.
- O XI Congresso Nacional e Assembleia Geral da Anapar são realizados em Florianópolis entre 29 de abril e 1º de maio.

- A CUT-DF realiza no dia 18 uma Assembleia dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Dia de mobilização nacional pela redução da jornada de trabalho para 40 horas.
- A CUT, os bancários e vários movimentos sociais participaram da I Marcha Nacional contra Homofobia, no dia 19, na Esplanada dos Ministérios.


Abril

- A CUT-DF lançou o Coletivo de Combate ao Racismo com a participação de representantes de vários sindicatos, inclusive dos Bancários.
- A Contraf-CUT e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV) negociaram com a Febraban vários temas de segurança, principalmente transporte de valores, durante a terceira mediação realizada no dia 13.
- O presidente do Sindicato, Rodrigo Brito, participou da reunião de negociação entre o Sindicato dos Aeroportuários do Aeroporto Internacional de Brasília (Sina) e os representantes patronais em 16 de abril.
- O Sindicato e a CUT, preocupados com os rumos da capital federal com a eleição indireta do governador do DF, realizaram uma vigília em frente a Câmara Legislativa no dia 17 de abril.
- No dia 21, Brasília completou 50 anos. Em contraponto aos eventos promovidos pelo GDF em comemoração à data, a CUT-DF,

com o apoio do Sindicato, programou as atividades de “Brasília, Outros 50”.

- Um ato no Plenário 2 da Câmara do Deputados marcou no dia 28 o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, com representantes da CUT e de várias outras centrais sindicais, além de parlamentares.
- A coleta de assinaturas pela ratificação da Convenção 156 da OIT foi realizada em todo país até o fim de abril. Os sindicatos e federações intensificaram a campanha de adesões ao abaixo-assinado com as comemorações de 1º de Maio, Dia do Trabalhador.

Março

- Em função do Dia Internacional da Mulher (8), houve a Marcha Mundial de Mulheres, em SP. A CUT-DF, com o apoio de várias entidades sindicais, organizou sete dias de shows, atos e debates, em Brasília e no Entorno. O Sindicato também promoveu e apoiou programações especiais.
- A Contraf-CUT e o Sindicato estiveram no Congresso Nacional no dia 17 para pressionar os parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.259/2005, que trata sobre a isonomia nos bancos públicos.
- No dia 31, a CUT lançou a cartilha Direito é bom: nós gostamos e lutamos por ele, em favor dos deficientes físicos. O material faz parte da Campanha Nacional da CUT em Defesa dos Direitos do(a)s Trabalhador(a)s com Deficiência. 



Vamos pra seleção!



Vamos!



Na vida e
no futebol!



Faça grandes
jogadas!



Não deixando ninguém
fora do jogo!



Seja
artilheiro!



Seja
campeão!



Seja
solidário!



Uma Assessoria qualificada defende os seus direitos

Por decisão do Supremo Tribunal Federal, os sindicatos têm hoje legitimização para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por eles representada. Isso significa dizer que o Sindicato pode defender o empregado nas ações coletivas ou individuais para a garantia de qualquer direito relacionado ao vínculo empregatício.

O Sindicato conta com dois segmentos em sua assessoria jurídica: o que trata de assuntos relacionados à Justiça do Trabalho, e que concentra o maior volume de questões, sob a tutela da Crivelli Advogados Associados, e o que trata de temas referentes à saúde do trabalhador, tendo à frente o escritório do advogado Luiz Antônio Castagna Maia.

Veja algumas ações movidas pela assessoria jurídica do Sindicato:

ADVOGADO TRABALHISTA
E CIVIL

7ª e 8ª horas – ação que interrompe o prazo de contagem de tempo no direito de 7ª e 8ª horas

CGPC – O Sindicato obteve liminar suspendendo os efeitos da Resolução CGPC 26

Ações contra o assédio moral – ingresso de ação civil pública contra o ex-diretor da Dijur do Banco do Brasil

Denúncias no Ministério Público do Trabalho contra terceirização de atividade bancária

Equiparação de trabalhadores de financeiras a bancários

Atendimento

Advogados da Secretaria de Saúde
Segunda, quarta e sexta-feiras – das 10h às 12h, no Sindicato
Agendar pelo telefone: 3262-9090
O contato do escritório é 3349-3555.

Advogados trabalhistas

Plantões no Sindicato todos os dias, exceto às quartas
Segunda, terça e quinta – das 9h às 12h
Sexta – das 10h às 12h
Agendar pelo telefone: 3262-9090.
Plantão no escritório Crivelli Advogados Associados

O atendimento individual é gratuito e feito no próprio Sindicato. Já o atendimento coletivo pode ser solicitado por meio de agendamento de reunião com a diretoria.



Sindicato dos Bancários de Brasília

EQS 314/315 Bloco A – Asa Sul/Brasília – CEP 70383-400 Fone: (61) 3262-9090 Fax: (61) 3346-8822